

Aprovada na 1056ª sessão

ALADI/CR/Ata 1042
24 de junho de 2009
Horário: 10h20m às 13h20m

ATA DA 1042ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Incorporação do senhor Embaixador Másami Takemoto, Representante Observador do Japão.
3. Assuntos em Pauta.
4. Consideração da ata correspondente à 1035ª sessão.
5. Coordenação do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social no Processo de Integração da ALADI.
6. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos.
 - Convocatória do Primeiro Período de Sessões Ordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/PR 261).
7. Relatório sobre a situação atual do Plano Piloto de Certificados de Origem Digital (COD).
8. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho:
 - Adesão da República do Panamá.
 - Novos Temas (postergado).

- Acompanhamento do programa a favor dos PMDERs (postergado).

9. Assuntos Diversos.

Preside:

SALVADOR RIC RIERA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Edith Plaza (Argentina); Salvador Ric Riera e Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, Liliam Beatrís Chagas de Moura, Clélio Nivaldo Crippa Filho e José Gilberto Scandiucci, (Brasil); Eduardo Araya Alemparte e Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile); Cielo González Villa (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Andrés Terán Parral (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodriguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Ricardo B. Romero Magni (Peru); Linda Rabbaglietti, Raquel María Rodríguez Sanguinetti e Luján Barceló (Uruguai); Franklin Ramón González e Luisa López Moreno (Venezuela); Másami Takemoto (Japão); Elvira Barrios (Panamá).

Secretário-Geral a.i.: Oscar Quina Truffa.

Subsecretários: Ricardo Hartstein.

PRESIDENTE. Bom dia. Esta é a 1042ª sessão do Comitê de Representantes.

1. Aprovação da Ordem do Dia

Coloca-se à consideração a Ordem do Dia.

Não havendo observações, dá-se por aprovada.

2. Incorporação do senhor Embaixador Másami Takemoto, Representante Observador do Japão

...Como segundo ponto, a incorporação do senhor Embaixador Másami Takemoto, Representante Observador do Japão.

Como um antecedente, destacamos que o Japão foi aceito como país Observador pelo Acordo 248, de 30 de junho de 2004.

Damos as boas-vindas ao Embaixador, e passo a palavra ao senhor Secretário-Geral a.i., Oscar Quina.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Presidente. É uma honra para a Secretaria, e também falo em nome do Secretário-Geral e em meu próprio nome.

Senhor Embaixador Takemoto, dou as boas-vindas à ALADI, é uma grande honra para nós que o Japão hoje em dia nos acompanhe nesta ocasião.

Para nossa Associação, é uma grande honra contar com sua presença nesta oportunidade. O senhor é um funcionário da carreira diplomática japonesa desde 1969, graduado em Direito em uma das mais prestigiosas universidades do Japão, Waseda. Teve a oportunidade de servir aos interesses de seu país na Espanha, Tailândia, Estados Unidos, Honduras e Uruguai; ao longo de sua trajetória profissional, reafirmou a vontade do Governo japonês de manter ativamente sua presença internacional no âmbito econômico, político, cultural e social.

No seu Ministério, trabalhou com temas muito importantes dentro da agenda nacional e internacional, como assuntos marítimos e espaciais. Cabe ressaltar, também, que o senhor Takemoto teve um desempenho impecável como Chefe de Protocolo, “Chambel” e Vice-Grão Mestre de Cerimônias da Casa Imperial, atividades muito valiosas, que denotam um profundo conhecimento dos valores e tradições da milenária cultura japonesa, admirada em todo o mundo.

No contexto latino-americano, é necessário enfatizar que o Japão hoje em dia é um protagonista de primeira ordem nas relações comerciais mantidas pelos países-membros de nossa Associação, ocupando o quarto lugar na lista de provedores da região e o sexto lugar entre os mercados de destino de nossas exportações. Pensamos que este é o início de uma relação que, oxalá, possamos estreitar mais profundamente. Penso que, no âmbito da cooperação, tanto o Japão quanto os países-membros da ALADI têm muito que fazer, há uma significativa população japonesa na América Latina, nos países-membros da Associação, e acredito que isso estreitará nossos laços e vínculos no futuro.

Desejo reiterar, em nome da Associação, minhas mais calorosas boas-vindas. Saiba que estamos convencidos que contamos com um grande interlocutor junto a seu Governo, que sempre apoiou a integração latino-americana como uma ferramenta essencial de nossos países para alcançar uma inserção eficaz e competitiva no âmbito internacional.

Bem-vindo, senhor Embaixador, à Casa da Integração Latino-Americana, sua Casa.

PRESIDENTE. Senhor Embaixador, oferecemos a palavra.

JAPÃO (Másami Takemoto). Excelentíssimo senhor Presidente do Comitê de Representantes, Embaixador Salvador Ric; Secretário-Geral a.i., Oscar Quina; excelentíssimos senhoras Embaixadoras e Embaixadores; senhoras e senhores.

Bom dia a todos. Gostaria de agradecer enormemente o credenciamento que me foi outorgado como Representante do Japão, país Observador junto à ALADI; e

manifestar uma imensa alegria de poder compartilhar este momento com todos os senhores.

A relação do Japão com a América Latina conta com uma longa história de amizade e cooperação. Poderia mencionar alguns exemplos destacados:

Há 400 anos, em 30 de setembro de 1609, o galeão “San Francisco”, do México, naufragou na costa do povoado Onjuku, no Japão, e a população de Onjuku socorreu com grande abnegação todos os sobreviventes. Foi o início da relação de amizade entre o Japão e a América Latina. Este ano estão sendo realizadas diversas atividades para celebrar os 400 anos da comemoração dessa amizade.

Em 1613, uma missão japonesa com 140 integrantes visitou o México, onde foram recebidos com cálidas boas-vindas. Foi um grande evento comemorativo da relação de amizade entre o Japão e a América Latina.

Em 1878, chegaram os primeiros imigrantes japoneses à Guatemala; em 1887, à Argentina; e, em 1908, teve início a imigração ao Brasil e ao Uruguai. Atualmente, a população descendente japonesa soma mais de um milhão e quinhentos cinquenta mil em toda a América Latina.

Em 1918, o médico japonês Hideo Noguchi, famoso pela pesquisa da febre amarela, visitou o Equador para realizar sua pesquisa sobre essa doença. Também viajou ao México, ao Peru, ao Brasil e a outros países da América Latina para desenvolver seu trabalho.

Em 1949, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o Japão sofria escassez de alimentos, a Argentina nos ajudou com o envio de alimentos e outros artigos de primeira necessidade no barco Río Iguazú. A generosa ação da Argentina emocionou o povo japonês.

Em 1951, na Conferência de Paz para assinar o Tratado de San Francisco, todos os países da América Latina, sem exceção, assinaram o mencionado documento. Todos os representantes latino-americanos deram as boas-vindas à recuperação das relações diplomáticas com o Japão e celebraram a reintegração desta nação na comunidade internacional.

Em 1956, quando da adesão do Japão à ONU, todos os países latino-americanos prestaram seu apoio.

Em 1964, realizaram-se as Olimpíadas em Tóquio. Na votação de 26 de maio de 1959, em Munique, o Japão foi eleito país organizador das Olimpíadas, e os votos de apoio dos países latino-americanos foram importantíssimos para esta definição.

Desse modo, a relação entre a América Latina e o Japão é uma história de amizade e cooperação. Atualmente, o Japão e a América Latina estão progredindo em suas relações de amizade e cooperação e, por sua vez, estão colaborando como parceiros construtivos no âmbito da sociedade internacional.

Por último, desejo que, por meio da colaboração com a ALADI, a relação entre o Japão e a América Latina se aprofunde cada vez mais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador, por suas palavras.

Convidamos o Representante Embaixador do Japão, Másami Takemoto, e os senhores Embaixadores dos países-membros à fotografia de praxe.

- Realiza-se o registro fotográfico.

3. Assuntos em Pauta

Seguindo a Ordem do Dia, chegamos ao ponto 3, Assuntos em Pauta.

Oferece-se a palavra ao Secretário-Geral a.i. para informar sobre os assuntos em pauta.

SECRETÁRIO -GERAL a.i. Obrigado, Presidente. Como de praxe, destacamos algumas das comunicações. A Representação da Bolívia, mediante a Nota 35, de 9 do mês corrente, informa que a Representante Alternata, Conselheira Jenny Encinas, que nos acompanha nesta ocasião, assumiu funções.

A Representação do Chile comunica que o Representante Alternato, Ministro-Conselheiro Camilo Navarro, cessa suas funções a partir de 31 de julho.

A Delegação do Brasil comunica que a senhora Regiane Mara Gonçalves de Melo partirá do país no dia 28 de julho, e também comunica a partida definitiva do senhor Luis Parga Cintra, no dia 5 de julho do mês corrente.

Cabe assinalar, também, um comunicado da OEA no qual informa que está interessada em participar, por meio da adesão que tem com a ALADI, no projeto do Relatório energético setorial da América Latina e do Caribe.

Isso é tudo o que tenho para destacar. Obrigado.

“1. Representação Permanente da Bolívia junto à ALADI. Nota Nº 35, de 09/06/2009.

Comunica que, na data, a Conselheira Jenny Encinas assumiu funções como Representante Alternata.

2. Representação Permanente do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 32, de 12/06/2009.

Comunica o cese de funções de seu Representante Alternato, Ministro-Conselheiro Camilo Navarro Ceardi, a partir de 31 de julho de 2009.

3. Delegação Permanente de Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 94, de 04/06/2009

Comunica o cese de funções da Sra. Regiane Mara Gonçalves de Melo, e que partirá definitivamente do país em 28 de julho de 2009.

4. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 102, de 15/06/2009.

Comunica que a partida definitiva do senhor Luis Guilherme Parga Cintra foi adiantada para 5 de julho de 2009.

5. Convites recebidos:

Ministério das Relações Exteriores do Paraguai. Nota Nº 76, de 03/06/2009. Convida o Secretário-Geral a participar da XXXVII Reunião Ordinária do Conselho Mercado Comum e Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, a ser realizada em Assunção, nos dias 3-4 de julho de 2009.

6. Transferência de créditos orçamentários: trabalhos de digitalização de documentação de biblioteca (ALADI/SEC/Proposta 295)

7. Transferência de créditos orçamentários. Plano Piloto de Certificados de Origem Digitais (ALADI/SEC/Proposta 296).

8. Acompanhamento das atividades no âmbito da IIRSA, do Projeto Mesoamericano e da UNASUL – Relatório Primeiro Semestre 2009 (ALADI/SEC/di 2240).

9. Adesão da Organização dos Estados Americanos ao Acordo de Cooperação Conjunta entre ALADI, ARPEL, CEPAL, CIER e OLADE para o desenvolvimento do projeto "Relatório energético setorial da América Latina e Caribe" (ALADI/SEC/di 2182.1).

10. Bases para a harmonização das medidas sanitárias e fitossanitárias no Espaço de Livre Comércio (ALADI/SEC/di 2095/Rev. 1).

11. Projeto de Regulamento da Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/SEC/dt 504.1)"

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral a.i.

4. Consideração da ata correspondente à 1035ª sessão

...No ponto 4 da Ordem do Dia, temos a consideração da ata correspondente à 1035ª sessão.

À consideração. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Gostaríamos de informar que tínhamos alguns ajustes de forma, que, como de praxe, vamos repassar à Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Não havendo mais observações, dá-se por aprovada.

5. Coordenação do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social no Processo de Integração da ALADI

Seguindo a Ordem do Dia, no ponto 5, temos a consideração da Coordenação do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social no Processo de Integração da ALADI.

Na sessão passada do Comitê, foi aprovada a criação do mencionado Grupo de Trabalho. Foi proposto, ainda, como Coordenador do Grupo o Embaixador Franklin González. Nessa oportunidade, a Representante Alternata agradeceu a proposta e ficou de consultar o senhor Representante da Venezuela.

Oferece-se a palavra ao Embaixador Franklin González.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Gostaria, em um primeiro lugar, de manifestar que, para a Representação da República Bolivariana da Venezuela, é gratificante a conformação deste Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social no processo de integração da ALADI.

Em segundo lugar, gostaria de manifestar o agradecimento a todas as Representações que se pronunciaram na sessão na qual se propôs que eu, como Embaixador credenciado junto a esta Instituição, assumisse esta

responsabilidade. Gostaria de agradecer a todos os que se manifestaram, e também àqueles que não o fizeram, mas que, de alguma maneira, manifestaram também seu apoio a esta designação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador González.

6. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos

- Convocatória do Primeiro Período de Sessões Ordinárias da Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/PR 261).

...Seguindo a Ordem do Dia, temos o ponto 6, Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos. Oferece-se a palavra ao Coordenador da Reunião de Alternos, Ministro Raimondi, para que informe sobre os avanços das reuniões dos dias 16 e 23 do mês corrente. Tem a palavra o senhor Raimondi.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos. Nas duas últimas oportunidades em que o Grupo de Alternos se reuniu para cumprir com a encomenda deste Comitê, de trabalhar na preparação da Conferência de Avaliação e Convergência, chegamos a um consenso sobre o conteúdo do documento central, que esperamos da Secretaria, para servir de insumo aos plenipotenciários que vão participar dessa Conferência.

Este documento no qual consta a nomenclatura, Documento Informal 943, terceira revisão, será distribuído pela Secretaria, acredito que hoje, e contempla uma introdução com antecedentes da atuação da Conferência de Avaliação e Convergência no passado, bem como uma parte que pretende descrever o processo pelo qual se chega à necessidade de convocar esta Conferência.

Um segundo capítulo vai referir-se à evolução do processo de integração com uma descrição de seus principais instrumentos, os acordos regionais, os acordos parciais, o que se refere ao apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, bem como a outros mecanismos de avaliação do processo de integração e o cumprimento dos compromissos.

Um terceiro capítulo faria referência específica ao estado de situação de distintas áreas de trabalho da Associação e, na medida em que isso fosse possível, apresentaria eventuais alternativas de ação nestes temas.

Não mencionarei os temas que estão listados, mas foram pensados para que servissem como antecedente aos mandatos do Conselho em sua última reunião. Ou seja, voltar-se-ia ao trabalho futuro que deve ser desenvolvido, apresentando o estado de situação ou o ponto de partida que serviria para os mencionados trabalhos.

Este, então, é o documento central cujo título seria Análise do estado de situação do processo de integração na ALADI.

Quando as Representações receberem a versão deste texto, que, como disse, foi concluída ontem, penso que estaremos em condições de dar o aval para que a Secretaria comece efetivamente a elaboração deste documento.

Por outro lado, na Reunião de Alternos, trabalhamos na elaboração de um regulamento para o desenvolvimento desta Conferência. Como mencionado antes, a Conferência se reuniu de forma extraordinária e os regulamentos foram *ad hoc* para cada uma dessas ocasiões. No grupo de Alternos, trabalhamos em um projeto de regulamento que pretende ser definitivo, e os avanços neste texto foram significativos.

Fica pendente uma questão relevante a respeito da possibilidade de que a Conferência se reúna em comissão, em comissão de chefes, de plenipotenciários, também em comissões de trabalhos temáticos, e ainda temos que analisar a questão do *quorum* necessário para que essas comissões possam reunir-se. Deve ser levado em conta que já está definido que o *quorum* para que a Conferência em seu plenário se reúna é a presença de todos os países-membros.

No grupo, também temos o mandado de considerar uma eventual reestruturação dos Grupos de Trabalho da Associação.

Até o momento, tivemos a oportunidade de considerar uma proposta da Secretaria, apresentada neste Comitê, bem como propostas alternativas da Representação da Argentina e da Delegação do Brasil. Esse tema ainda está em estudo, as Representações já o tem à consideração e será tratado, imagino, com profundidade na próxima reunião do Grupo de Alternos, na terça-feira da próxima semana.

Quanto à Conferência, os senhores têm em suas pastas um Projeto de Resolução que assinala que o Comitê deve convocar formalmente esta reunião. É o projeto PR 261, de dois artigos. No primeiro, a Convocatória é feita para os dias 1º e 2 de outubro deste ano e, no segundo, registra-se que o Período de Sessão Ordinária da Conferência terá como objetivo considerar ou advogar os mandados das Resoluções 70 e 71 (XV) do Conselho de Ministros da ALADI.

Isso é tudo, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Argentina.

Está à consideração o PR 261. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Muito obrigado. Penso que, como decidido aqui, os Alternos estão fazendo um bom trabalho para a preparação da Conferência.

Como disse o Representante Alternativo da Argentina, estão trabalhando sobre um documento, elaborado na Secretaria, sobre a organização dos trabalhos da Conferência a partir dos mandados do Conselho.

Gostaria de referir-me - como o senhor mesmo disse, caso houvesse perguntas ou considerações- ao projeto considerado agora, o qual, se não me equivoco, foi elaborado pela Secretaria.

Nada contra, Presidente, a convocatória da Conferência, nem as datas de 1º e 2 de outubro. Isso foi acordado aqui, penso que estamos todos de acordo em realizar a Conferência na Sessão Ordinária de 1º e 2 de outubro.

Agora, não posso deixar de dizer que tenho sérias dúvidas a respeito de realizar esta Conferência com base no Artigo Segundo, que se limita a dizer que o Período de Sessões Ordinárias terá como objetivo abordar os mandados das Resoluções 70 e 71 (XV) do Conselho de Ministros da ALADI.

Se eu fosse um plenipotenciário e representante de meu país que viesse para, supostamente, cumprir os mandados do Conselho, certamente ficaria perplexo, ou pelo menos muito preocupado, ao ver que o período de sessões tem como objetivo abordar; primeiro, os mandados não se abordam, cumprem-se e, segundo, não há

uma agenda, não há uma especificidade, algo mais detalhado sobre quais serão os trabalhos, qual será a orientação que os plenipotenciários terão para trabalhar durante esses dois dias para cumprir os mandados do Conselho.

Penso que é importante que possamos dar a nossos Representantes uma orientação do que vão fazer aqui. Dizer simplesmente que vão abordar ou cumprir as Resoluções 70 e 71 (XV), sem dar-lhes uma agenda, uma referência para os trabalhos, penso que isso não é valorizar a Conferência, nem querer e pretender ter um resultado mais concreto, mais palpável e mais significativo para a mesma.

Presidente, nós trabalhamos dois anos, talvez três, para conseguir esses mandados do Conselho de Ministros. Tivemos um Conselho que foi um fiasco, todos nós sabemos -o senhor não estava aqui-, tivemos um segundo Conselho que aprovou esses mandados.

Temos mandados importantes, é necessário dar uma referência para a Conferência, a partir de uma agenda de trabalho. Poderiam ser pautados os pontos dos mandados, os pontos principais, as tarefas principais. Em uma agenda, devem constar a reflexão e a questão da convergência, para que saibam o que vão expressar aqui. Dizer-lhes que há um mandado nas duas Resoluções, que devem cumprir ou abordar isso, o que ainda é pior, penso não ser essa a maneira de fazer com que esta Conferência tenha um resultado significativo.

Queria submeter isso aos colegas. Penso que essa Conferência é uma grande oportunidade que temos à frente E é muito importante cumprir algo que nossos Ministros ou nós trabalhamos tanto para construir.

Penso que é a oportunidade de fazer com que esta Conferência tenha resultados. E os resultados estão aí, mas devemos dar a nossos representantes uma referência e, para isso, é necessário ter uma agenda, ou seja, convocar a Conferência e estabelecer uma agenda a partir dos mandados das duas Resoluções. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Temos que dizer que qualquer país pode ter dúvidas, sérias dúvidas, não gostar da Conferência de Avaliação e Convergência, mas penso que os insumos e as diretrizes existem.

Existe um conteúdo, existe uma agenda, e não podemos impor a nenhum país uma camisa de força para que não tenham liberdade, porque cada país pode refletir sobre esses temas e sair do roteiro, apresentar novos horizontes, ainda mais em um momento de crise. Não é possível proibir um país de pensar, fechando-se ao desconhecido. Penso que os motivos, o conteúdo para pensar, existem, e não podemos dizer que alguém, uma Representação de um país, não possa ir além desse tema.

Penso que, felizmente, o primeiro tema da Conferência de Avaliação e Convergência está aprovado, e, como seu nome indica, a reflexão é bastante ampla, embora haja pontos relacionados ao âmbito dos problemas da integração e às questões específicas da ALADI, sobre os quais devemos refletir. Depois teremos outro momento, no qual dissemos que é necessário concretizar, para que não fiquemos somente em palavras, em questões especulativas.

A reflexão é uma necessidade, e não é uma reflexão “no ar”, há diretrizes e insumos. Existe uma agenda, então penso que se trata de cada país assumir suas responsabilidades e refletir seu pensamento sobre o tema. Se queremos uma integração mais compenetrada ou uma mais aparente, como temos na realidade, se queremos dar um salto qualitativo, ou se queremos caminhar no mesmo terreno.

Penso que as metas vão por aí, mas não podemos amordaçar nenhum país nesta instância. Nas outras instâncias, serão os esforços de complementação, os esforços de coincidência, mas na primeira tem que haver essa grande oportunidade de pensar, em uma época que a humanidade está em crise, que todas as instituições estão em crise, todas, sem exceção, mas a crise, como se diz agora, tem ou deve se converter em uma oportunidade para ir a novos caminhos, e não à catástrofe.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Equador. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, não posso deixar de responder o comentário do Equador.

Não há ninguém aqui que queira colocar camisa de força em ninguém, o Brasil dá sua posição, e a palavra é sagrada.

O Brasil diz, como o México e o Equador, que cada um expõe sua posição e tem o direito de fazê-lo, não há camisa de força na ALADI. Cada país, grande ou pequeno, apresenta suas posições como quiser, tem esse direito, é sagrado, Presidente, ninguém pode criticar isso, ninguém pode dizer que isso não é certo. Cada país apresenta sua posição, e a do Brasil é essa, que é necessário colocar uma agenda. Vamos discutir isso, temos que discuti-lo, ninguém aqui está colocando camisa de força em ninguém. Não aceito isso, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, há coisas concretas encomendadas nos mandados das duas Resoluções, coisas muito concretas, como disse o Equador, deve-se refletir sobre os pontos, há, especificamente, um ponto no primeiro parágrafo, na Resolução 70 (XV) que diz que “na Conferência se constituirá um espaço de reflexão onde os países-membros exporão seus enfoques sobre as vias e alternativas possíveis e proponham medidas”, são coisas concretas, isso deve constar como item de agenda, Presidente. Este ponto tem que estar aí como primeiro ponto da agenda, um espaço de reflexão, onde os países-membros exporão enfoques, medidas, mecanismos e modalidades para a integração, esse é um ponto importantíssimo. Isso tem que estar previsto em uma agenda.

Há outros pontos também como, por exemplo, “analisar e propor modalidades, para o aprofundamento e a convergência dos mecanismos da integração regional”, esse é outro ponto concreto também, é necessário ter uma agenda. Basta reunir essas partes mais proativas das Resoluções 70 (XV) e 71 (XV) e colocar como uma agenda, como tarefas a serem feitas, assumidas, tomadas e trabalhadas por nossos representantes na Conferência.

Outro ponto também é o tema do desenho de modalidades e mecanismos que deverá ser realizado a partir dos acordos vigentes. Eu sugeriria, Presidente, que isso estivesse no projeto de Resolução, nada contra o Artigo primeiro, mas que o Artigo segundo fosse substituído por uma agenda, os Alternos poderiam perfeitamente bem identificar o que há de concreto nas duas resoluções para ser feito pelos nossos representantes na Conferência e colocar isso como uma agenda de trabalho.

Penso ser o mais sensato. Por que deixar que nossos representantes venham aqui e comecem a discutir de uma maneira geral a 70 e a 71? Garanto que não sairá nada da Conferência, será uma grande discussão, cada um vai emitir sua opinião, vai ser uma grande Assembleia Geral das Nações Unidas, onde todos vão, dão sua opinião, e depois a Assembleia termina e ninguém consegue fazer uma conclusão do que aconteceu durante a Assembleia Geral, porque cada um disse coisas diferentes.

É necessário dar uma referência a nossos Representantes, senhor Presidente. Essa é minha sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Obrigada, Presidente. Esse é um tema que discutimos com muita profundidade, amplitude e vontade de encontrar um caminho justo no Grupo de Alternos.

Escutando o Embaixador do Brasil, gostaria de fazer uma reflexão, Presidente, em relação a este tema. Aproximadamente em agosto de 2007, no meio das discussões que tínhamos para conformar um projeto de conteúdo para o Conselho de Ministros, os diferentes Grupos de Trabalho e este Comitê, penso que chegou ao Comitê uma das propostas de uma das Representações de convocar a Conferência de Avaliação e Convergência ante a impossibilidade de encontrar um caminho claro e comum entre todos os países.

A ideia de convocar a Conferência de Avaliação e Convergência parte da própria função da Conferência de Avaliação e Convergência, designada no Tratado de Montevideú, que é ampla e que parte da revisão do próprio processo de integração. E nessa revisão do processo de integração, fez-se necessária, ou evidente, a necessidade de ser feita a partir do fato de que foram apresentadas –foi nossa apreciação, a apreciação de todos os países- visões de como conduzir o processo de integração.

Então, surgiu a ideia de convocar a Conferência sem agenda. Muitos países não consideraram suficiente o mandato geral que a Conferência tem no Tratado de Montevideú.

No entanto, um grupo de países considerou, e assim foram acontecendo as discussões, que era importante marcar um grupo de lineamentos de guias de aspirações dos países a esta Conferência de Avaliação e Convergência, e então, durante dois anos aproximadamente, nós trabalhamos na construção da agenda que a Conferência de Avaliação e Convergência teria.

Penso que é um ponto que não podemos esquecer nestas reuniões, ou seja, não podemos obviar dois anos de discussões na conformação do que hoje é para nós a agenda da Conferência de Avaliação e Convergência, e para onde estão dirigidas as aspirações de cada um dos países aqui presentes.

Por isso, Presidente, e não por uma questão obstinada de não discutir ou não conformar uma agenda, nós consideramos que o mais justo, o mais aberto, o mais flexível é que a Conferência de Avaliação e Convergência tenha como guia a Resolução, que tem um conteúdo tão profundo que torna praticamente impossível desde já limitar essa reunião. Nós consideramos, inclusive, que em um primeiro momento toda a agenda não poderá ser abarcada, e vemos que tal como está refletido nas Resoluções 70 e 71 (XV), a Conferência de Avaliação e Convergência

pode trabalhar perfeitamente com estas encomendas, e não voltar-nos a negociar ou a discutir pontos.

Entendemos a aspiração do Brasil de tirar os pontos mais proativos da Resolução 70 (XV), mas se supomos que um grupo de países aspira a que o processo de reflexão dê uma orientação “x” a cada um desses pontos proativos, implicaria necessariamente renegociar os pontos da Resolução 70 (XV). O mandato deixaria de ser a Resolução 70 (XV) para a agenda que construiríamos, e estaríamos nos desfazendo do consenso que alcançamos durante dois anos.

Estas Resoluções foram as últimas trabalhadas, ou seja, foram trabalhadas até o último momento, e, em nossa humilde opinião, entraríamos em um processo complicado, em um processo difícil, que pode, que não quer simplesmente dizer que a Conferência venha e cumpra o mandato do Tratado de Montevideu 1980 como única encomenda. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Acredito que estamos falando aqui para tentar encontrar o ponto de equilíbrio e o simples fato de que para a Conferência de Avaliação e Convergência poder funcionar necessita unanimidade de presença demonstra a necessidade de encontrar pontos de equilíbrio.

Ao longo destes mais de dois anos, eu diria quase quatro anos, que viemos trabalhando toda esta temática, porque na verdade viemos trabalhando desde o último Conselho anterior, desde 2004, e discutimos isso reiteradas vezes neste Comitê, está claro que há, em nossos países, em nossos Governos, diferentes visões do processo de integração regional, e quando há diferentes visões, se houver vontade do trabalho conjunto, a única forma de encontrar isto é o ponto de equilíbrio, ou seja, encontrar um ponto de convergência, onde todos sintamos que os pontos de vista estão sendo respeitados.

Isto é uma primeira parte, para que entendamos que aqui não se trata que um país, dois países ou um grupo de países imponha seu ponto de vista sobre os demais, mas sim que é necessário encontrar os pontos de equilíbrio na medida em que o objetivo que persigamos seja o de manter e fortalecer esta Instituição. Este é o primeiro ponto de partida.

O segundo ponto que quero refletir é sobre este Comitê, cujos membros são Representantes dos governos de todos nossos países. Em consequência disso, entre o que disser o Comitê, o Presidente, o Representante deste Comitê ou o que disser o Representante do Conselho de Ministros, ou o Representante na Conferência de Avaliação e Convergência, não pode haver divergência, porque nós somos a expressão verbal do que nossas instituições dizem, e se alguém pensa que os Representantes da Conferência de Avaliação e Convergência ou de qualquer outra instância virão com uma instrução diferente da que nós temos, isso é não querer ver a realidade.

Estamos dizendo, senhores, que como neste Comitê somos incapazes de mostrar pontos de entendimento, então vamos à Conferência de Avaliação e Convergência para ver se nossos Chefes são capazes de encontrar pontos de entendimento, isto é o que estamos dizendo, ou o que alguns estão dizendo, mas eu não acredito que seja assim.

Penso que este Comitê tem todas as faculdades, todas as capacidades, todas as realidades e todas as instruções para cumprir com todos os mandados do Tratado de Montevideu 80, sobre o qual estamos falando, porque as Resoluções 69, 70, 71 (XV) e todas as outras Resoluções foram trabalhos que fomos realizando com o objetivo de afinar o do Tratado de Montevideu, com a realidade que temos das diferentes visões acerca da maneira de continuar avançando.

Tanto temos diferentes visões que, também há processos que estão em evolução, isto é, a recente incorporação do Panamá e a incorporação anterior de Cuba necessariamente incorporam uma visão complementar distinta, pois cada país, como assinalado reiteradamente, tem o direito de ter uma visão especial, particular de cada coisa.

Quero que sejamos realistas quando dizemos “deixemos à Conferência de Avaliação e Convergência uma flexibilidade e uma amplitude para que possam discutir o que quiserem”, isto é, “senhores, não discutamos entre nós, nós estamos incapacitados para discutir, estamos incapacitados para facilitar o trabalho da Conferência de Avaliação e Convergência”. Estamos dizendo, “venham resolver o que nós não podemos”.

Francamente, eu, como Representante argentino, sinto que não é assim, sinto que nós temos a obrigação, temos a necessidade de avançar em tudo o que for possível e se é necessário que percamos dois anos, como os perdemos ou como os ganhamos, segundo a interpretação que cada um quiser dar, mas na verdade nós viemos a uma reunião de Conselho de Ministros cujo resultado inicial todos sabemos qual foi, não pudemos chegar a um entendimento, não em nosso âmbito, não no âmbito da Conferência, nem no Conselho de Ministros, e foi necessário um novo trabalho, durante outros dois anos, para que o Conselho de Ministros viesse, e quero recordar, com franqueza, porque é a única forma em que podemos falar entre nós, que se não houvesse sido pela ótima circunstância da solicitação de adesão do Panamá, provavelmente ainda estivéssemos discutindo a data do Conselho de Ministros.

Lembro porque foi a questão mencionada reiteradamente neste Comitê, então, como estamos fazendo o exercício da memória, quero que façamos o exercício da memória completa, que recordemos todos os episódios, que recordemos tudo. Se passamos dois anos para avançar até este ponto, não cometamos a imprudência, o erro de chegar à próxima etapa sem que tenhamos amadurecido suficientemente as coisas.

Nós temos a obrigação de encontrar os caminhos para que os resultados da Conferência de Avaliação e Convergência sejam positivos. Obviamente tem uma reflexão, o que a Resolução diz, reflexão, possíveis enfoques, propor medidas, mecanismos e modalidades. O que impede que coloquemos isso em uma agenda, pergunto-me. Não queremos que nos proponham possíveis enfoques, que nos dêem possíveis medidas, que nos digam quais mecanismos e modalidades alternativas podem ser encontradas, não queremos isso? Então, queremos convocar a Conferência para que sejam ditas generalidades, nada mais? Não é o ponto de vista argentino. A vontade da Argentina é avançar e consolidar o processo de integração latino-americano em momentos em que a crise mundial está assinalando claramente que o caminho que temos que recorrer é o trabalho conjunto.

Então, o trabalho conjunto se realiza em todos e em cada um dos escalões, não se deve diferir o futuro do trabalho em conjunto, já temos que começar o trabalho em conjunto, mesmo se for necessário que o trabalho em conjunto leve mais seis meses,

mais um ano. Depois de tudo, a ALADI vai cumprir 30 anos e estamos parados onde estamos.

Muitos dizem que o resultado é inexistente, que não serviram para nada os 30 anos da ALADI. Eu penso que serviram, sim, para muitas coisas, tanto é assim que temos este âmbito onde podemos ter até divergências de visão, divergências de como encaminhar, mas preservemos o âmbito que é o central, e o fortaleçamos e, para tanto, temos que trabalhar, não deixando tudo para o futuro.

Concretamente, Presidente, proponho que, sim, avancemos em uma agenda, que discutamos a agenda, tudo o que tivermos para discutir, que sejamos suficientemente capazes para colocar cada um dos pontos que queremos que estejam ali. Qual o temor que temos para desenvolver estas Resoluções 70 e 71 (XV)? Temos o temor que voltem a surgir as divergências, e alguém acredita que se não surgem aqui, não surgirão na Conferência de Avaliação e Convergência? Sempre estarão surgindo.

Então, assumamos nossa responsabilidade e avancemos em tudo isto. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão, Presidente, é a última vez que falo.

Presidente, penso que a solução realmente mais fácil para nós, para o Comitê, para os Representantes Alternos, é aprovar esta Resolução como está. Mas volto a dizer que realmente tenho dúvidas se isso é o melhor para nós, se é o melhor para os resultados da Conferência.

Toda reunião séria tem uma agenda, toda reunião que pretende ser séria tem uma agenda e tem que ter uma referência para os Representantes, mesmo que seja uma agenda grande, mas todo Representante e todos nós cada vez que participamos de alguma reunião, a primeira coisa que sempre perguntamos é sobre a agenda da reunião. Se eu me apresentasse como Representante de meu país para uma reunião e me dissessem que a Conferência terá como objetivo abordar os mandados das resoluções, diria a mim mesmo: "mas realmente isso não é uma reunião séria".

Então, entre as duas Resoluções que temos, que são os mandados do Conselho para a Conferência, penso que há duas partes distintas e muito bem separáveis. Primeiro, a reflexão; a Conferência será um espaço de reflexão sobre a integração. E há uma parte proativa, uma parte de ações concretas. Não se pode negar isso, que são duas partes distintas, uma parte de uma reflexão e outra mais proativa, os mandados esperam que a Conferência tenha resultados concretos, há uma parte proativa, não há como negar isso. Tampouco se deve negar que haja uma reflexão. Deve-se colocar isso no papel, deve-se colocar isso como referência, como orientação para nossos Representantes.

Sugiro, como disse a Argentina, que peçamos a nossos Alternos que trabalhem sobre uma agenda, não é o caso de inventar nada, mas sim de selecionar a parte da reflexão, explicar isso em um item e explicar em outro item a parte proativa mais concreta, os mandados esperam que, na Conferência, algo seja feito e que se chegue a resultados concretos.

Há duas partes. Deve-se refletir essas duas partes em uma agenda, e não é para inventar, volto a dizer, é somente para identificar, selecionar, os Alternos poderão fazer isso facilmente, selecionar as expectativas, o que há dos mandados que se espera que seja realizado e concretizado na Conferência. A parte da reflexão de um lado, e a parte mais proativa do outro lado, que seja formada uma agenda e que submetam isso a nós junto com o primeiro Artigo, não temos nada contra esse Artigo, afinal, há um acordo sobre as datas e a convocatória da Conferência. Essa é minha sugestão, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Obrigado, Delegação do Brasil, e espero que não seja a última vez que vá falar, porque este é um tema muito importante, e penso que os países de menor desenvolvimento relativo têm muito a dizer, porque, estamos comentando este tema, as assimetrias não foram boas e há muito que falar sobre este tema. Passo a palavra à Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Muito obrigado. Nós vemos as Resoluções 70 e 71 (XV) com muita comodidade, penso que têm suficiente clareza e um nível de consenso mínimo que nos permite trabalhar e olhar para adiante.

O México considera a Conferência muito importante, como um “momento de reflexão” para ver onde podemos começar a encontrar as vias de aprofundamento. O motivo essencial das duas Resoluções é aprofundar o processo de integração. Nós vemos que a Resolução 70 (XV) tem uma vocação mais geral de como aprofundar e criar o Espaço de Livre Comércio; e a Resolução 71 (XV) tem um grupo de temas nos quais dificilmente não podemos estar de acordo, já discutimos *ad nauseum* nesta Mesa apoio aos PMDERs, maior cooperação, etc. Penso que o cerne das Resoluções 70 e 71 (XV) permite-nos trabalhar muito bem.

Dito isto, penso que não há nenhum problema em que avancemos, que tenhamos uma agenda que dê ainda mais corpo a isso. Sei que é difícil, que os Alternos batalharam muito com isso, mas isto reflete – disse o Embaixador Olima- a realidade que vivemos na América Latina. Não acredito que as duas Resoluções estejam mal, penso que são muito boas e nos permitem avançar. Se quisermos colocar, baseados no que já foi resolvido, uma agenda, façamos isso, não tenhamos medo. O temor é ser muito reducionista, que seja um caminho que impeça que os que participarão da Conferência possam discutir livremente. Mas são adultos, não vão se negar a falar e a discutir com profundidade os temas.

Vejo, talvez com um pouco menos de preocupação que meus colegas, sou neutro a respeito de que haja agenda, ponhamos uma agenda, não será fácil, mas não é impossível, é importante, sobretudo, resgatar o sentido profundo das Resoluções 70 e 71 (XV).

Vemos as coisas com esse espírito, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez Pinaya). Muito obrigado, Presidente. Depois destas interessantes e muito ilustrativas exposições dos Representantes Permanentes, prezado Presidente, acerca da questão da agenda, penso que é realmente importante o fator “conjuntura” na qual nos encontramos, estamos a ponto de aprovar um projeto de Resolução convocando a Conferência de Avaliação e Convergência.

Nós gostaríamos de explicar um pouco a visão da Bolívia, no sentido de que na verdade as atribuições que a Conferência de Avaliação e Convergência tem, Presidente, já estão inicialmente reunidas no Tratado de Montevideu 1980, então, por exemplo, quando tem uma atribuição direta relacionada com a avaliação dos resultados do sistema de apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e adotar medidas para uma aplicação mais efetiva, esse é justamente um elemento que certamente a Conferência não deixará de lado.

Nós propúnhamos, no âmbito da reunião de Representantes Alternos, que fosse solicitado um documento específico para os países de menor desenvolvimento econômico relativo, no qual fosse possível ver como avaliar o aproveitamento. Nós dizíamos, Presidente, que fosse desde a assinatura do Tratado de Montevideu 1980 ou algum esforço possível para a Secretaria, que pudesse nos mostrar realmente como podemos avaliar alguns âmbitos, como a redução de tarifas, o acesso real aos mercados e como andou este processo de integração em favor dos PMDERs, Presidente.

A respeito da necessidade de adotar uma agenda, penso que foram muito claros os exemplos dos Representantes da Argentina, do Brasil, do México, de que é necessário adotar uma agenda para a sessão da Conferência. A Bolívia percebe a Conferência como um processo, não podemos vê-la como uma reunião, uma ou duas reuniões no ano, a Conferência é um processo, dentro do qual a Resolução 70 (XV) sobre o espaço de reflexão, é fundamental para acompanhar uma avaliação séria pela Secretaria e pelo grupo de Alternos a respeito do aproveitamento dos PMDERs, então vemos tudo acompanhado.

Existindo o interesse por consenso de abordar uma agenda, senhor Presidente, queríamos ressaltar, então, que para a Bolívia é importante empreender este processo de reflexão, reunindo as visões que tanto mencionavam nossos Representantes da Argentina e do Brasil. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Com o manifestado pelo Brasil, Argentina, México, Cuba e agora Bolívia, penso que, saindo dessa discussão de se existe agenda ou não, a solução para o problema apresentado pelos Representantes dos países mencionados é lista de temas, como um sumário na Resolução que possa ser trabalhado pelos Alternos, que reúne o espírito das reflexões apresentadas, que haja uma reflexão geral e que haja também uma análise de temas específicos, como se quer.

E isto deveria ser visto não como uma discussão, mas sim com a reunião dos critérios dos países nestes temas, porque grave seria que os Alternos ficassem em uma discussão de que tema vai e que tema não vai, então não iríamos seguir adiante. Penso que assim estaríamos reunindo os critérios e preocupações dos diferentes países. Que, neste ponto dois, haja essas duas partes, uma geral, que esclareça um pouco o conteúdo da reflexão e uma parte pragmática ou proativa de um sumário de temas, penso que isso demonstraria a vontade dos países, e também reunindo o espírito do México, de Cuba e do Equador de que não caia em posições reducionistas, que dê oportunidade ao geral e ao específico, então penso que os Alternos poderiam resolvê-lo em uma sessão e não mais para poder avançar.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Edmundo, Representante do Equador. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Ricardo Romero). Muito obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, minha Representação gostaria de se pronunciar sobre a data da primeira reunião, levando em consideração que na reunião passada do Comitê havíamos estado trabalhando, havia um acordo de princípios novas datas alternativas. Gostaria de manifestar, primeiramente, que o Peru está de acordo com que esta Conferência seja realizada nos dias 1º e 2 de outubro, como aparece no projeto de Resolução, mas nota que esta data estará sujeita, logicamente, à participação de nossos altos funcionários, estará sujeita à ativa agenda negociadora que o Peru mantém em matéria de negociações comerciais com diferente frentes de maneira simultânea.

O segundo ponto que gostaria de compartilhar com os senhores refere-se às discussões dessa manhã. Nós também gostaríamos de compartilhar a preocupação manifestada pelo Embaixador do Brasil, da Argentina e outros, sobre a necessidade de contar com uma agenda. Porque nos parece que as Resoluções 70 e 71 (XV), de maneira geral, são bastante amplas e justamente o que queremos evitar é que se gere uma reunião que muito dispersa e sem resultados concretos, na realidade não queremos correr o risco que nesta Conferência, em um contexto como o atual e trabalhando com um sentido de urgência, corramos o risco de que não se alcancem, como digo, resultados positivos.

Devo lembrar também que no âmbito do grupo de Alternos, inclusive a própria Secretaria-Geral colaborou para aportar até duas versões de projetos de agendas, mas que lamentavelmente não puderam ser matéria de consenso nos Alternos.

No entanto, pensamos que – acredito que o Embaixador do Equador ilustrou-nos nesse sentido – é necessário um esforço adicional para seguir trabalhando sobre as Resoluções 70 e 71 (XV), fazer um sumário dos eixos centrais das resoluções, que nos permitam, como assinalado pelo Embaixador do Brasil, reunir os pontos proativos, porque a 70 e a 71 têm mandados que são bastante claros nesse sentido. Por exemplo, o espaço de reflexão, que é um dos temas mencionados nas propostas e lineamentos para a adoção pelo Comitê de Representantes de um programa para a conformação de um Espaço de Livre Comércio, bem como a estruturação de uma proposta de um programa para consideração do Conselho de Ministros que aborde aspectos que transcendam a temática eminentemente comercial.

No fundo, aspiramos a uma reunião produtiva, queremos que seja realizada este ano, estamos dispostos a trabalhar em nossa Representação, a colaborar no âmbito do grupo de Alternos para encontrar este ponto de equilíbrio do qual se falou. Não queremos que a Conferência com uma agenda muito dispersa e difusa se converta em uma espécie de Torre de Babel, mas sim que cheguemos a resultados concretos.

O que nós queremos, como Representação, é imprimir um sentido de urgência para que esta Conferência tenha lugar no âmbito da implementação que está sendo produzida com o conjunto das resoluções, e temos que levar em consideração que há um complexo e incerto contexto internacional e uma crise econômica global que golpeou as economias da região, e que fez com que o comércio intra-regional se desacelerasse, ou seja, nós não podemos dar-nos o luxo de desperdiçar oportunidades, temos que avançar com uma visão do futuro, necessitamos revitalizar a organização e não mediar sua credibilidade, então quero concordar com o manifestado e expressar a posição sobre as datas e sobre a necessidade de ter uma agenda concreta que oriente especificamente os trabalhos da Conferência.

Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Peru. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, senhor Presidente. Serei brevíssimo, penso que uma somatória dos argumentos pró-agenda é consistente, sólida, e com a qual concordo plenamente.

Gostaria de fazer uso da palavra a respeito da manifestação do Embaixador da Venezuela sobre aqueles que às vezes não explicitam uma posição, o que não quer dizer que não estejam de acordo. No caso de sua designação como Presidente do grupo de trabalho, nós, não me lembro se dissemos ou não, mas se não dissemos, falo agora, apoiamos com muito entusiasmo, sua indicação me parece muito merecida e adequada.

Então, com relação a essa questão, parece-nos que a eficácia, a concretização e o resultado do produto da Conferência, com agenda ou sem agenda, são duas dimensões completamente distintas.

Isso é tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador, obrigado, Representação do Chile. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Penso que esta reunião começou com uns decibéis nas primeiras intervenções, mas afortunadamente vieram tomando um nível normal e de absoluta racionalidade, coisa que fala muito bem de todos nós.

Gostaria de começar defendendo os Alternos, sobretudo as Alternas, porque ontem, de doze, seis eram mulheres. Quero defender os Alternos porque penso que seu salário é merecido. Pergunto a que horas saem, se vão às três da tarde, vão às seis e meia, sete. Penso que o trabalho deles é um trabalho sério, devemos reivindicá-lo, e eles têm resultados. Esses resultados podem ser satisfatórios ou não, mas são resultados tangíveis.

Penso que, por sua vez, nós podemos nos propor aqui no Comitê, como é lógico e normal, o que é possível e o que é esperado. Penso que cada um de nossos países tem um conjunto de desejos, devemos relacioná-los, consultá-los e, sobretudo, discuti-los com os demais países, e isso pode nos levar ao que é possível.

Entendo que o proposto pelos Alternos é um projeto de Resolução que torna possível a todas as Representações avançar nesta matéria relacionada com a Conferência de Avaliação e Convergência.

No Comitê, foi proposta uma situação que tem relação com a agenda. Acredito que não exista reunião que não tenha agenda, é inconcebível, não sei se os senhores sabem de alguma, mas eu não conheço nenhuma reunião em nenhum lugar do mundo que tenha sido realizada sem agenda.

Tem que haver uma agenda, mas, qual agenda? A agenda está estabelecida nas Resoluções. As Resoluções 70 e 71 (XV) estabelecem uma agenda. Eu poderia ler aqui o que seria uma agenda: 1) Abertura de Conferência de Avaliação e Convergência, 2) Eleição das autoridades, 3) Aprovação da agenda, 4) Estabelecimento da ordem de votação nominal, de acordo com a Resolução 1 do Artigo 1º, 5) Aprovação do projeto do regulamento da Conferência de Avaliação e

Convergência, 6) Exposição dos Representantes de cada país de seu enfoque sobre as vias e alternativas possíveis, e que proponham medidas, mecanismos e modalidades para continuar, etc., isso está na Resolução 70 (XV), 7) Discussão sobre a proposta e lineamentos para a adoção pelo Comitê de Representantes de um programa para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio da ALADI, 8) Discussão de uma proposta de programa com vistas a avançar em uma integração para o desenvolvimento que representa o comercial, e segundo o estabelecido na Resolução 71 (XV), 9) Estabelecimento de um programa de trabalho para controlar as encomendas dadas à Conferência de Avaliação e Convergência pelo Décimo Quinto Conselho de Ministros, 10) Assuntos diversos, e 11) Aprovação e assinatura da Ata da reunião.

Isto é uma agenda, e entendo que nós temos que aprovar uma agenda, agora, a discussão é se a incluímos aqui no projeto de Resolução. Nós, se tivermos que incluí-la, não temos problema, se não tivermos que incluí-la, também não teremos problemas porque, repito, nós temos que apresentar a nossas autoridades que vão vir uma agenda, porque nenhuma autoridade vai sair de nossos países se não houver uma agenda.

Então, gostaria de apresentar um pouco disso, mas gostaria, também, de manifestar algumas coisas, porque penso ser fundamental para a discussão que estamos fazendo aqui e que faremos no futuro.

Para a Venezuela, a Conferência é um processo, não é uma reunião a mais. Em segundo lugar, o Tratado de Montevideu 1980 foi feito em um contexto muito concreto, muito específico, com características que existiam naquele momento, e nesse tratado, sob nosso ponto de vista, foi estabelecida uma visão da integração acordada por todos os países que assinaram o Tratado de Montevideu 1980.

Agora, 30 anos depois, a realidade é outra, e nossos governos são outros, portanto, desde a Venezuela nós viemos para discutir o Tratado de Montevideu 1980, mas à luz da nova realidade, à luz das novas condições que existem em nosso continente, que existem em todos os países que formam a ALADI.

Para nós, hoje, todos estes mecanismos, incluindo a ALADI, mecanismos de integração ou espaços de integração como a ALADI, estão em discussão, mas estão em discussão não por voluntarismo, não por subjetivismo, não por uma intenção individual, mas sim porque nós observamos que a realidade está exigindo isso, e certamente isso é uma discussão realizada em vários países do mundo. Inclusive na própria União Europeia estão sendo discutidas hoje muitas coisas à luz da realidade de hoje e à luz da crise que tem lugar no mundo hoje.

Nós propomos que, por exemplo, nós extraímos isso daqui, vamos nos referir à agenda que está estabelecida, acredito que dessa Conferência nós temos que sair mais ou menos acordados nestes termos.

Neste momento que não era o Tratado de 80 e a realidade da década de 80, na ALADI, disse isso várias vezes e outros Embaixadores também o disseram, insisto. Hoje em dia aqui são manifestadas três concepções de integração, mencionamos isso várias vezes, há a concepção de integração dos países que, de acordo com seu ponto de vista, consideram que a via se dá pelos TLCs, nós respeitamos essas coisas.

Há aqueles que abordam o tema através do MERCOSUL, nós estamos por entrar no MERCOSUL, mas ainda não somos membros plenos, e uma visão que vem

sendo desenvolvida na América Latina, anuncio que hoje se está realizando uma Cúpula e que o Equador passa a fazer parte dessa proposta, que já não é proposta, é realidade, que se chama "Alternativa Bolivariana para os povos de nossa América". O Equador e mais três países do Caribe que também integram o ALBA, bem, isto está presente hoje.

Agora, como fazer para que dessa Conferência estas três concepções ou visões possam conviver, não viver, mas conviver no seio da ALADI? Isso, para nós, apresenta a discussão do papel da ALADI em termos de seu passado, o que foi a ALADI no seu passado, o que a ALADI é hoje e o que será no futuro. Qual é a ALADI que nós pensamos que deve se desenvolver no futuro, à luz desta realidade de hoje e da que se vislumbra no futuro próximo? Muito obrigado, Presidente

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Franklin, por suas palavras e suas reflexões. Compartilhamos que o mundo especulativo financeiro está mudando e que é necessário um processo de reflexão sobre este novo mundo e esta nova ALADI que deverá nascer, modificar-se, transformar-se ou continuar como os senhores querem.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

A utilidade do trabalho coletivo é que sempre se descobre coisas que tinha que haver dito, mas não disse, etc. Entre essas coisas que tive que haver dito e não disse foi o mesmo que falou o Embaixador do Chile, de que, às vezes, o silêncio não é negativa. Digo isto porque não estava presente quando foi proposta a designação do Embaixador Franklin González para o cargo de Coordenador do Grupo Social.

Recebi algum comentário a esse respeito e digo que como não estava presente não pude me pronunciar, mas agora estou e me pronuncio com fervor, com dedicação e com muito afeto para celebrar esta designação. Isso dito, já antecipo que a Argentina não tem a vontade de revisar o Tratado de 1980.

A Argentina acredita que isto não implica que não reconhecamos, e dissemos isso até o cansaço, que o mundo está em uma profundíssima transformação e que estamos necessitando adequar-nos a esse sistema, o que acontece é que junto com essa profundíssima transformação mundial, a Argentina acredita que a solução para o problema da crise, e isso não é dito somente pela Argentina neste momento, mas foi dito por todos os Presidentes em todas as Cúpulas realizadas, é mais integração, não menos integração, então, francamente, desfazer o trabalho de integração que construímos trabalhosamente durante 50 anos, não durante 30, 30 tem a ALADI e 50 tem o processo que começou com a ALALC, como todos sabemos.

Então, desfazer o Tratado de 80 neste momento de crise, quando mais temos que pensar em integração, parece-me que é entrar em um risco enorme, entendo a vocação do Governo Bolivariano da Venezuela e acompanhamos em muitas coisas. Mas chamamos a atenção de que o caminho para produzir um melhor resultado não é desfazer os Tratados e, sim, ver como os Tratados dão as ferramentas necessárias, porque me permito recordar, por exemplo, que neste longo caminho que houve pelo tema social sempre se disse que o Tratado de Montevideu abrangia que o desenvolvimento devia ser econômico e social.

Então, não entendo como, ao utilizarmos o Tratado como argumento para chegar aonde estamos hoje, hoje se diz que esse Tratado não serve ou que é necessário

revisá-lo. Digo que é possível, não me antecipo a dizer que o de avaliação e convergência está em um processo, não sei, e digo não sei porque espero que tenhamos a sabedoria necessária para encontrar os campos de trabalho conjunto.

Mas também pode acontecer que não encontremos esses caminhos e que deixemos as coisas em *stand-by*, digamos “deixemos aí as coisas”, porque não são poucos os sábios que dizem que “em momentos de turvação o que deve ser feito é não inovar”, não são poucos, e acredito que hoje está claro que o mundo está vivendo um processo de transformação, nós estamos apoiando esse processo de transformação porque o necessitamos, porque o mundo em que estamos vivendo é um mundo que produziu uma série de ficções e de falta de realidades que terminaram sendo sempre negativas para nossos interesses, para nossos países, e quando se apresenta a oportunidade de modificar essa realidade, deve ser apoiada, com suficiente cuidado “para matar a mosca, não derrubar o edifício”.

Antecipo desde já, senhor Presidente, que a vocação da Argentina não é revisar o Tratado de Montevideu 1980, mas sim analisá-lo, ver todas as ferramentas que o Tratado de 80 dá, melhorar a implementação do Tratado de 80 porque, inclusive, é até contraditório o que estamos escutando, pois resulta que estamos trabalhando sobre as Resoluções 70 e 71 (XV), que, em tudo, de diferentes maneiras, falam de avançar e aprofundar, de ver quais são os caminhos alternativos e depois de dizer tudo isto, afirmamos que devemos revisar o Tratado de 80. Francamente, parece-me que é uma posição que não tem viabilidade, pelo menos desde o ponto de vista argentino. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador, obrigado, Representação. Por sorte damos novamente a palavra ao Brasil, não havia sido sua última intervenção, acreditamos que há muito que falar sobre este tema. Obrigado por participar.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, falarei agora a partir de outra perspectiva.

Presidente, penso que quando dizemos aqui que a ALADI não vai adiante, não anda, não funciona, devemos ver o fato de que estamos todos juntos aqui e que temos um objetivo comum, e é nosso objetivo comum, não há ninguém que possa dizer aqui que tem um objetivo diferente daquele objetivo de construir uma integração entre nós, fazer com que nossas relações se aproximem mais, estejamos mais juntos, tenhamos uma unidade mais forte.

Não estou de acordo com o que disse Franklin, quando disse que a questão aqui é conviver, penso que conviver, convivemos geograficamente, não é possível escapar disso, vamos viver e conviver juntos para sempre, para os próximos vinte anos, cinquenta, mil anos, vamos estar sempre juntos aqui.

Não é uma questão de convivência, é uma questão de construir uma integração. Acredito que é mais do que conviver, é construir, e que seja pelo ALBA, que seja MERCOSUL, que seja ALADI, que seja o Grupo Andino, estamos todo aqui trabalhando para uma integração.

Agora indo um pouco mais, especificamente, penso que isso é o mais precioso que temos aqui na ALADI, estamos trabalhando para a integração e todos queremos isso, sem exceção, temos um consenso total que temos que construir uma integração e não somente conviver, se fosse para conviver não estaríamos aqui, estaríamos convivendo de todas maneiras, somos vizinhos, convive-se com um vizinho de qualquer maneira, a questão é ter boas relações com seus vizinhos, a questão é

construir uma boa amizade com seu vizinho, isto é, cooperar com seu vizinho, essa é a diferença.

Acredito, sinceramente, Presidente, que se encaramos esta Conferência, agora que vem, agora mais especificamente como uma oportunidade para repensar o Tratado de Montevidéu 1980, não vamos contribuir para a integração, porque, como disse a Argentina, a questão aqui é ter equilíbrio e, disse isso também a Venezuela, tentar fazer com que todos os interesses, não os objetivos são os mesmos, mas modalidades possam estar juntas e trabalhar juntas para a construção de uma integração.

A questão é ver na Conferência como podemos melhorar a integração. O primeiro mandato que o Tratado de Montevidéu dá para a Conferência é justamente esse, é examinar o funcionamento do processo de integração e o próprio Tratado de Montevidéu não pode propor como primeiro ponto para a Conferência uma revisão de seu próprio Tratado que criou a Conferência.

Segundo, a Conferência não tem a atribuição de pensar, nem sequer de examinar a revisão do Tratado de Montevidéu 80, isso não cabe à Conferência, corresponderia aos Ministros no Conselho e o Conselho não o fez, ao contrário, o Conselho, ao aprovar as Resoluções 70 e 71 (XV), endossou e disse “tendo em vista o Tratado de Montevidéu 1980”.

Não podemos pretender agora organizar uma Conferência, e que esta Conferência comece a revisar ou examinar o Tratado de Montevidéu com as mesmas diretrizes ou os mesmos mandados que recebemos do Conselho. Põe como primeira condição o “tendo em vista o Tratado de Montevidéu 1980”, eu não acredito que esta seja a maneira de construir a integração. Se começamos a pensar que a Conferência tem como objetivo revisar o Tratado de Montevidéu não seremos pragmáticos, acredito que, hoje em dia, no século XXI, com todos os problemas que todos temos, o senhor mesmo mencionou, Presidente, a crise financeira, importada, que vem de outros países, dos países desenvolvidos, eu acredito que se quisermos construir de uma maneira pragmática nossa integração, temos que pensar em como melhorar nossas relações e não estar revisando, não estar tentando fazer algo que não é o mandato da Conferência, a Conferência não tem este mandato e não posso assegurar, Presidente, que meu Representante virá com esta capacidade de revisar o mandato do Tratado de Montevidéu, revisar o Tratado de Montevidéu, não é esta sua competência, isto cabe ao Conselho, e o Conselho se reuniu duas vezes nos últimos dois anos e em nenhum decidiu revisar o Tratado de Montevidéu. Isso não cabe à Conferência, senhor Presidente, de verdade.

Faço um convite inclusive a que não se tente fazer isso, merecemos muito mais que isso. Fazer uma reflexão, examinar o funcionamento da integração, ver como podemos avançar mais, como podemos construir melhor nossa integração, e não estar tentando revisar o Tratado de Montevidéu, porque não é da competência da Conferência, seria do Conselho, e o Conselho se reuniu há quatro meses, três meses e não decidiu isso, ao contrário, faz um mandato e reafirmou o Tratado de Montevidéu.

Nas duas Resoluções, o Tratado de Montevidéu foi reafirmado pelo Conselho, não cabe agora aos Vice-Ministros, aos Representantes, quem for, na Conferência, examinar a possibilidade de revisar o Tratado de Montevidéu, não façamos isso, porque se o fizermos não seremos pragmáticos e não iremos avançar na integração.

Não é uma questão, volto a dizer, de convivência, é uma questão de tentar construir a integração, e se quisermos construir a integração, temos o Tratado de Montevideú, ficamos em paz aí, temos todos os instrumentos para construir essa integração, Presidente, não precisamos revisar o Tratado de Montevideú para construir a integração, temos todos os instrumentos, todos.

Podemos fazer a reflexão sobre o funcionamento do processo de integração que, volto a dizer, é o primeiro mandado da Conferência. Façamos isso com seriedade, com pragmatismo, isso é o que temos que fazer na Conferência, e não revisar um Tratado que pôde haver sido feito em outra realidade, mas a realidade para nós, Brasil, continua a mesma: o Tratado de Montevideú 1980, e nós não estamos preparados e não temos por que revisar o Tratado de Montevideú 1980, este é a espinha dorsal, e eu disse aqui, na ALADI, várias vezes, neste Comitê, que a espinha dorsal da ALADI é o Tratado de Montevideú 1980 e é o pilar econômico-comercial da ALADI, é por isso que estamos aqui.

Há outros fóruns nos quais falaremos de todos os temas, de todos os demais temas e tudo o que criamos aqui, francamente acredito que a Venezuela foi muito franca -como sempre- e serei franco, o que queremos aqui, e sempre foi dito pelo Representante, é um pilar social, é importantíssimo, reforça o pilar econômico-comercial e não devemos mudar o Tratado para isso.

Para construir o pilar social, para valorizar o pilar social, não é necessário modificar o Tratado de Montevideú, isso dará um trabalho enorme, não vamos chegar a um acordo, e iremos ficar estancados uma vez mais, sem avançar na integração, na construção da integração. Temos todos os instrumentos para trabalhar pela integração sem revisar o Tratado de Montevideú, sejamos mais pragmáticos, sejamos mais construtivos e trabalhemos em algo que realmente podemos fazer. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil, obrigado, Embaixador.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Muito obrigado, prometo ser mais breve que meu colega brasileiro.

Começo por dizer que agradeço muito ao Embaixador da Venezuela por sua franqueza, porque pôs o tema no centro da discussão, agradeço muito. Da mesma forma que meus colegas brasileiro e argentino, nesta Conferência o âmbito do TM80 é uma restrição total. Não podemos nem sair do TM80, nem repreender o TM80.

O Tratado de Montevideú é o que nos reúne, reuniu-nos por muitos anos, e penso que este é um âmbito muito importante trabalho.

No entanto, acredito que o TM80, diferentemente do primeiro Tratado de Montevideú, tem princípios que nos permitem incorporar muitas das coisas da nova agenda e as inquietudes muito legítimas e em muito compartilhadas dos países irmãos do ALBA, por exemplo, há sensibilidade, princípio de gradualidade e aceitação das assimetrias, incorporação de novos temas, o Tratado tem a suficiente plasticidade para permitir-nos trabalhar nos temas sociais e nos temas que agora a nova agenda do mundo coloca a nossa frente, talvez não com a profundidade que alguns de nós gostaríamos, mas acredito que o âmbito do TM80 é bastante generoso para cumprir a série de tarefas que aqui nos convocam.

Acredito que a Conferência pode nos permitir, justamente, pôr em perspectiva onde estão os temas que agora devem ser abordados talvez com mais força, com mais ênfase. Por exemplo, trabalhar com PMEs, um melhor enfoque sobre as assimetrias econômicas nos países, o uso das nossas divisas no comércio, são coisas novas da agenda existente do mundo de hoje que podemos trabalhar sem violentar o âmbito do TM80.

Termino aqui esta consideração, e faço uma breve reflexão. A política vai continuar, vamos continuar, para mim com muito prazer e alegria somos a América Latina. A América Latina é talvez a zona mais homogênea do mundo, e eu desafio aquele que quiser debater isso, porque nem sequer os países árabes ou muçulmanos têm o nível de homogeneidade cultural da América Latina, apesar de termos um país lusófono, mas é um país que fala uma língua irmã que tem uma origem muito semelhante à nossa.

Pois bem, já somos a América Latina, já somos, iniludível e felizmente a América Latina, devemos talvez encontrar outros fóruns, outros âmbitos, para tratar as agendas que vêm surgindo, o mundo se move muito rápido e os governos mudam, há mandados e novidades todo o tempo, mas neste fórum há um mandado muito específico que é o TM80 e que, para nós, mexicanos, tem suficientes elementos que nos permitem trabalhar com muita comodidade, aceitar, falar e dialogar, olhando nos olhos os colegas que têm outra visão ou ajustes econômicos e políticos diferentes, como, especificamente, os países irmãos do ALBA. Essa é nossa posição, oxalá possamos entendê-la e compartilhá-la, e aí enfatizo com clareza que o TM80 está aí, e não estamos aqui para mudá-lo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador, muito obrigado, Representação do México.

A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Gostaria de começar agradecendo ao Embaixador do Chile e ao Embaixador da Argentina pelo reconhecimento da Coordenação deste Grupo da Dimensão Social. Falta somente o Embaixador Regis Arslanian, que não se pronunciou, esperamos seu pronunciamento.

Gostaria de dizer algumas coisas, previamente. Eu não introduzi a questão do TM80 para que se desviasse a atenção, vejam que estávamos falando da agenda e então eu falei do TM80, então agora o TM80, não. Eu não introduzi, que conste, simplesmente disse qual era a visão de nosso país, a qual iremos defender neste e em todos os espaços. Isso não tem porque ser compartilhado por outros, nós respeitamos as opiniões dos demais. Mas aqui há um primeiro ponto que tem relação com a exposição sobre os enfoques ou as vias alternativas possíveis, as medidas, mecanismos e modalidades que têm relação com o processo de ir avançando e aprofundando o processo de integração.

Então, nós viemos para discutir essas coisas, porque, para poder avançar nas outras coisas, temos que ficar de acordo. Agora, disse isso simplesmente como uma reflexão, para que conste aqui na Ata que essa é a orientação que viemos trabalhando na Venezuela, mas não falei isso com o propósito de desviar a atenção ou o motivo da reunião.

Afortunadamente, todas estas cosas se gravam, tudo isto fica gravado, isto é história. Nós, sim, pensamos que a realidade hoje exige revisão de muitas coisas, dizemos isso e que fique constância.

Esperemos que aqueles que dizem que não devemos revisá-lo depois não digam o contrário, coisa que também é possível que ocorra porque a vida é dialética e vai mudando. Mas, em todo caso, oxalá não ocorra que um Representante de algum país dos que agora dizem não diga em algum momento; mas é que realmente temos que pensar o Tratado e revisar, não significa nada contrário ao pensamento humano nem às relações entre os países, porque revisar pode ser colocar em consonância o Tratado com a realidade de hoje, por exemplo. Ninguém está propondo aqui eliminar a ALADI, o que estamos dizendo é que vamos discutir a história da ALADI, e, como sabemos, a história relaciona-se com o passado, o presente, e, sobretudo, o futuro. Essa é a história.

A história não é a relação dos fatos passados, como às vezes se diz em alguns livros de história. Então, eu queria insistir um pouco nisso, porque vejam: tenho dois anos e meio, não tantos como Juan Carlos Olima, na ALADI. Não penso estar muito tempo tampouco aqui, mas, desde que estou aqui, tento fazer um esforço e isso consta aos colegas, aos amigos, para que a Venezuela comece a dar mais importância a esta Instituição que se chama ALADI, e assim vim conversando com outros.

Tenho uma visão absolutamente otimista da ALADI e do processo de integração, e digo isso, às vezes há colegas que me dizem “mas esta Instituição, assim como vai, não vai para nenhum lado”, e eu digo, “acredito que, sim, vai, mas temos que fazer o esforço”, por exemplo, do nosso ponto de vista, da Venezuela, o fato de que a ALADI tenha feito um Fórum sobre a Dimensão Social, algo que nunca havia acontecido no seio da Associação em seus 30 anos, para nós, é algo positivo.

É positivo que agora a dimensão social esteja na agenda da ALADI, isso nós vemos com otimismo, havia países aqui que diziam que nunca, que era impossível introduzir este tema na agenda da ALADI, e hoje está. Por isso, vejo de forma positiva e otimista. Recordando Mario Benedetti, que morreu recentemente, um homem como Mario Benedetti, que era revolucionário por excelência, além de ser poeta, escritor, etc., uma vez perguntaram onde ele se localizava entre o otimismo, o pessimismo e o realismo, e ele disse que um pessimista não é mais que um realista, bem, é uma opinião. Prefiro compartilhar, penso que já o disse algumas vezes, com Bertrand Russell, que dizia que o otimismo e o pessimismo, mais que uma questão da razão, é uma questão de temperamento. Eu, por temperamento, sou otimista. Além disso, como sabe o Embaixador do México, um docente nunca pode ser pessimista, porque poderá ser um bom domador de alunos, mas nunca poderá ser um bom educador, isso diz Fernando Savater.

Bem, nós, e quero deixar isso claramente manifestado, viemos discutir o papel da ALADI, e isso está aí, no ponto 1. E nós, sim, propomos os instrumentos teóricos; Regis Arslanian, o senhor, que está falando muito de pragmatismo, há um grande filósofo que se chamou William James, o pai do pragmatismo.

Bem, nós viemos discutir essas coisas porque pensamos que as teorias vão ficando desajustadas de acordo com a realidade, e acredito que há muitas coisas para discutir, à luz da realidade de hoje, e, para nós, o TM80, em termos de sua vigência atual, não é nada catastrófico, nem algo que vai nos colocar incômodos. Por isso termino com o que comecei, não introduzi isso para que se desviasse a atenção, estamos discutindo somente a agenda. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Venezuela.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quero começar expressando que coincido totalmente com o Embaixador do Brasil, no sentido de que o mandado da Conferência de Avaliação e Convergência não é revisar o Tratado de Montevideú, isso seria, diriam os advogados, uma prevaricação ou uma decisão de ditadores, quando as disposições regulamentares não dizem que isso seria algo violador, que decidamos por cima dos Ministros deste Comitê. Estamos totalmente de acordo nisso, não podemos revisar o Tratado.

Inclusive, em um diagnóstico, um médico ou um agricultor não poderia decidir operar sem fazer um exame, sem reunir os diferentes elementos para ver se opera ou não. Salvo se houver médicos em nosso país, se houver interessados que, por negócios de antemão decidam, sem ver a doença, mas sim o bolso, dizer que vão operar, mas esse não é o caso.

Há empresas que vendem tratores, mesmo para quem não os necessite, e os convence que tem que comprar o trator. Penso que estamos totalmente de acordo nisso com o Brasil, não podemos revisar o Tratado agora, pois esta decisão é uma decisão posterior, oxalá não seja necessário.

Mas, sim, o que é imperioso saber é em que situação nos encontramos no Tratado, isso sim. Se os nossos países foram incapazes ou muito limitados, porque pouco foi utilizado do muito que o Tratado dá, interessa analisar isso, que saibamos o limitado que somos em relação a um Tratado extraordinariamente rico pelos princípios que tem e que nós, os seres humanos, os governos, sejamos tão limitados e aproveemos ou utilizemos 20, 30, 40%, acredito que é necessário pensar, é necessário dar-nos conta de que este Tratado que tem muitas potencialidades, é necessário que os países tomem consciência de que por nossos freios mentais, nossos freios culturais, por nossa pobreza de pensamento, não aproveitamos a riqueza deste instrumento, isso, sim, é necessário.

É necessário nos darmos conta que a riqueza deste instrumento não pôde ser aproveitada pela integração pelos interesses mesquinhos ou pequenos que alguns países podem ter, antepondo pequenos interesses de países menores do que a integração, que, por sua vez, é mais do que países, mais do que qualquer país sozinho.

Acredito que é necessário, como o médico, não é possível considerar um remédio, operação ou pílulas ou o que for, se não sabemos primeiro um diagnóstico de onde nos encontramos para ver se andamos pelo mesmo caminho ou se, na verdade, há potencialidades não utilizadas.

Estou convencido de que as limitações de nossos países de não ceder, digamos, não ceder as potestades nacionais a supranacionais, onde o nacional fica diminuído, impede que sejam utilizados estes mecanismos que existem, mas não acredito que se tenha realizado esta operação desde há muito tempo, pelo menos nos dois últimos anos que estou aqui não acredito que tenha sido analisado onde estamos em relação ao Tratado.

E não quer dizer que o estamos mudando, mas acredito que não podemos nos adiantar ao futuro, nem o Brasil, nem a Argentina, nem ninguém pode se adiantar ao que pode acontecer, ninguém pode se adiantar ao pensamento dos Representantes

que vêm à Conferência de Avaliação e Convergência, porque é possível que já não estejamos aqui, que mudem os governos e que pensem diferentemente do que nós pensamos. Nós não podemos atrever-nos a acreditar que somos donos do futuro, somos donos do que pensamos neste momento e, às vezes, reconhecemos e mudamos quando em outros instantes em uma mesma sessão podemos retroceder ante a riqueza do que outros vêm e nós não.

Felizmente, o mais sábio que temos é o primeiro ponto, que é a reflexão, que tem implícita a avaliação, mas não se encerra nela, e o primeiro ponto é avaliar onde estamos e depois, como essa reflexão, que vai muito além, poder assinalar novos caminhos. Acredito que as duas operações são necessárias.

Esclareço também, como fez o Representante da Venezuela, jamais no pensamento de meu país e no meu próprio está, e não acredito que esteja em nenhum dos que estão aqui, o desejo de que a ALADI seja destruída, quando cada dia é o maior espaço de integração da América Latina, não há outro espaço mais amplo que este e que pode transcender mais, se nós não nos detivermos nas coisas pequenas, porque seu nome é muito grande, e com os princípios que tem, pode ir além. Mas gostaria de esclarecer isso: pensar ou refletir não quer dizer destruir.

Mas no pensamento dialético, a destruição faz parte também do processo; deve-se destruir o morto, deve-se destruir as más práticas que devem morrer. Tem que ficar, da ALADI, o vivo, o melhor dele. E, às vezes, é possível que descubramos que o que esteja escrito no Tratado não deva morrer, pode ser que o pior da ALADI seja o proceder, seja, digamos, a administração, os mecanismos burocráticos, como disse Fernández Huidobro, que é aquilo que destrói, em grande parte, o planeta, tanto nos sistemas capitalistas quanto nos socialistas. Pode ser que descubramos isso, mas, em todo caso, acredito que é uma necessidade o pensar, ao que não devemos nos negar, e é o que falta na América Latina neste momento de 200 anos de revolução.

A revolução cidadã de meu país implica que não sejamos objetos marginalizados, mas, sim, que cada um tenha uma capacidade de produzir. Que suas aptidões estejam complementadas com conhecimentos, mas que, por sua vez, sejamos sujeitos pensantes, sujeitos livres, deliberativos, como sonhava Simón Rodríguez, e a essa meta não podemos renunciar nunca.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador Edmundo. Obrigado, Representação do Equador. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Volto a fazer uso da palavra com a intenção de ajudar na reflexão.

Há pouco dizia o meu amigo, Embaixador Franklin González, Coordenador do Grupo Social, embora falte o pronunciamento de Regis, que não havia sido sua intenção tirar-nos do tema de discussão, então isto deve nos ensinar que nem sempre as intenções produzem os resultados, então o que eu digo, querido amigo, é que discutir o Tratado de 80 vai fazer com que saíamos da discussão de como produzir os resultados que estamos necessitando produzir na integração da região; essa é a primeira reflexão que queria fazer.

A segunda reflexão: não é certo que o Tratado de Montevideu 1980 reflete a visão desse momento, tanto não é certo que é o único Tratado do mundo que estabelece um sistema de diferenciação, de reconhecimento das assimetrias. Não há nenhum outro Tratado de integração no mundo que diga que há países de menor

desenvolvimento relativo que devem necessitar de um tratamento especial. E isto é uma conquista da região e do Tratado de Montevideu de 80. Porque é verdade que a história se constroi olhando para o futuro, mas também se constroi olhando para o passado, sobre o que nós construímos, mesmo que seja necessário às vezes modificá-lo, e ninguém discute que se deve modificar a realidade, porque a realidade mundial está mudando. Acreditamos que não é bom discutir os baseamentos porque, quando se discutem alguns baseamentos, o que se faz é colocar em questão todo o processo, em vez de discutir sobre o que estava assinalando o Embaixador do Equador.

Como fazemos para que este Tratado que tem os princípios descritos pelo Embaixador do México, flexibilidade, parcialidade, que tem a genialidade de haver adotado todos estes princípios, quando todos estes princípios não eram o que os anos 80 requeriam. Hoje se precisa de flexibilidade, hoje se precisa de parcialidade e esses princípios estão reunidos em um único Tratado. Então, cuidado, porque assim como entendo que a agenda não estava em discussão, não havia essa intenção de marginalizar a discussão da agenda, mas se marginalizou, e, da mesma maneira, a discussão do Tratado de 80 pode nos levar a uma discussão desta natureza.

Permito-me dizer algumas coisas mais sobre isto.

Cuba incorporou-se em 1999, não em 1980, e a visão de Cuba entre 1999, 2008 e 1960, eu fui Embaixador em Cuba, sei que tem uma série de continuidades. E não penso que quando Cuba aderiu em 1999 tenho feito isso pensando que o Tratado de 80 não respondia adequadamente aos interesses flexíveis e plurais desta Associação.

Então, chamo a atenção, claro que tudo está sujeito à rediscussão, tudo na vida está sujeito à rediscussão, mas também é verdade que a forma em que os homens organizam seu programa de trabalho, e isto é válido também para as instituições, podem caminhar de uma forma ou de outra.

Então, quando dizemos que a Argentina não está pensando hoje em discutir o Tratado de 80, é a verdade de hoje, obviamente daqui a 5, 3, 8, a 10 anos pode ser diferente, mas hoje, no momento de crise no mundo, onde todos os Presidentes assinalam a necessidade de fortalecer a integração, o que deve ser feito, na nossa opinião, é fortalecer a integração, não questionando as ferramentas fundamentais, mas sim dizendo em que nos equivocamos, quais caminhos não percorremos adequadamente, de que maneira -como dizem as Resoluções 70 e 71 (XV)- aprofundamos este proceso.

E como a intenção não desviar-nos do tema da agenda, digo que estou em condições de aceitar como documento de trabalho a proposta de agenda da Representação da Venezuela para que vá ao Grupo de Alternos.

Ele fez uma lista que penso reunir em grande medida tudo do que precisamos, pode haver alguma falha, alguma omissão. Entao, proponho que esta lista que está gravada, obviamente, vá a Alternos como base para a proposta de agenda.

Isso é tudo, Presidente. Obrigdo.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Obrigado, Representação da Argentina.

A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Muito obrigado, Presidente.

O Ministro Brito, que sempre sussurra para mim algumas coisas, falou sobre a manifestação de Franklin em relação à falta de apoio que o Brasil lhe deu para sua designação como Coordenador Presidente.

Mas devo dizer aqui, já é tempo suficiente, estou aqui há dois anos, saibam que quando digo as coisas o faço com muita sinceridade e, inclusive, com sentimento.

Entre irmãos, Presidente, não há necessidade de formalizar apoios ou fazer manifestações positivas. E quando digo irmãos, Presidente, eu digo irmãos porque o Brasil considera a Venezuela um país irmão.

Como Representante Permanente aqui, considero meu colega da Venezuela, Franklin González, como um irmão também, e ele o sabe, porque vivi 6 anos em seu país. Cheguei inclusive a receber uma mensagem de um Chefe dizendo que se eu não saísse da Venezuela e não voltasse ao Brasil seria ruim para minha carreira, pois não queria sair de Caracas. E ele sabe que gosto muito de “arepas”, e me convidou a comer “arepas” em sua casa, ainda lhe devo uma feijoada, mas ainda não pude cumprir esta promessa porque é difícil conseguir carnes aqui para fazer a feijoada.

Mas é óbvio que tenho toda a admiração por Franklin, todo o respeito por ele e é óbvio que apoio integralmente sua designação para a Coordenação do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social. E ele o sabe, Presidente, antes que este tema fosse tratado aqui, falamos sobre isso por telefone e lhe disse com antecedência que o Brasil estaria de acordo com a Coordenação da Venezuela para o Grupo de Trabalho, isso ele já sabia muito antes que a discussão fosse apresentada na última reunião, antes mesmo que viajasse para Caracas. Então, obviamente o Brasil dá todo o apoio à Venezuela e era desnecessário dizer que dávamos total apoio para sua designação. Eu o cumprimento, como disse a Argentina, com muito fervor por sua designação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador, obrigado, Delegação do Brasil.

Para terminar este tema suponho... Perdão, tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez Pinaya). Muito obrigado, Presidente.

Em função do tempo, além da magnitude e da riqueza das últimas participações, penso que a Bolívia somente se anima a fazer algumas considerações a respeito do conversado neste tema.

Também não queremos, senhor Presidente, deixar uma impressão que algumas Representações *a priori* estão pensando que a Conferência pode tornar-se um âmbito para a revisão do Tratado de Montevideu 1980. Pelo menos a Representação da Bolívia não tem essa aspiração. Não há nenhum sentido, *a priori*, negativo, para ir e reestruturar o Tratado de Montevideu 1980, mas sim, senhor Presidente, em atenção aos esclarecimentos que surgem aqui.

Que tipo de Tratado é o Tratado de Montevideu? É um Tratado de muita flexibilidade, então nós pensamos que, neste âmbito justamente, podem ser empreendidas todas as ações de todos os países que se sentem e que são membros plenos da ALADI.

Dependerá de nós e de nossas Representações no seio da Conferência poder reunir plenamente a incorporação de um pilar social dentro da ALADI, seja institucionalmente, seja organicamente dentro da ALADI, seja funcionalmente dentro de um Grupo de Trabalho que tenha um objetivo claro e um programa de atividades, que seja, digamos, consensuado por todos e que seja mais um elemento da mesma importância do resto dos temas.

Para terminar, senhor Presidente, quando falamos do Tratado de Montevidéu 1980 e de um eventual curso comercial-econômico do Tratado de Montevidéu 1980, é justamente aí onde a Bolívia diz: “façamos uma análise, digamos o que andou, e digamos também o que não andou”. Por exemplo, os acordos regionais em favor dos PMDERs, como a NAM, a PTR com um tratamento em uma faixa especial de maior abertura, de maior redução tarifária para os PMDERs, como funcionou? Hoje em dia tem uma vigência efetiva, está dentro dos regulamentos jurídicos de cada país vigente esta abertura nos acordos regionais, não é que todo o comércio significativo dos PMDERs foi ao âmbito dos acordos de complementação econômica bilaterais, por exemplo, desde a possibilidade de negociar um acordo, normas regionais em matéria fitossanitárias e zoossanitária, porque não há a vontade para empreender e aprovar um acordo em matérias de normas técnicas regionais que possa ter caráter prevalente em relação aos acordos de complementação econômica.

São quimeras, são sonhos, é uma realidade, mas é possibilidade para o futuro de trabalhar estes temas. Esse é também parte do exame que queremos fazer no âmbito da Conferência.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia.

Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Linda Rabbaglietti). Muito obrigada, Presidente.

Bem, não queríamos deixar que passasse esta intervenção de todos os países sem apresentar nossa posição

Em princípio, a Representação do Uruguai não pensa que na Conferência deva reabrir-se uma discussão a respeito do Tratado de Montevidéu.

Não temos nenhum problema em trabalhar no âmbito dos Alternos, ou onde considerarem conveniente, uma agenda para essa Conferência. Acreditamos que temos que ter uma dose de realismo ao tratar esta agenda e lembrar porque se chegou à convocatória desta Conferência, ou seja, há diferentes visões no que diz respeito à aplicação das Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) e acreditamos que justamente poder avançar no âmbito dessas Resoluções foi o que levou à convocatória da Conferência e, fundamentalmente, no que diz respeito ao acesso dos mercados, como aprofundar, como chegar a esse Espaço de Livre Comércio.

Então, se organizarmos uma agenda, ela deve estar concentrada fundamentalmente nessas dificuldades que houve e também deve ser incorporado o pilar social, que foi a nova proposta criada a partir do Conselho de Ministros.

Então não temos problema em trabalhar em uma agenda, mas que essa agenda seja o mais realista possível para alcançar os objetivos da convocatória da Conferência. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Uruguai.

A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, nós estamos em condições de acompanhar a data proposta para os dias 1º e 2 de outubro para a convocatória do Primeiro Período de Sessões da Conferência.

Em relação à agenda, penso que a Representação da Venezuela fez uma ótima contribuição que, como disse a Argentina, poderia ser analisada nos Alternos.

Também queremos assinalar que, para nós, a Conferência não termina no primeiro período, para nós, é um processo. Se vamos fazer uma reflexão e se vamos seguir trabalhando com as encomendas que vêm da Resolução 59 (XIII), não poderemos concluir isso em duas reuniões, em dois dias de reunião. Penso que é um processo, que se temos o espírito de construir, temos que encarar a Conferência de Avaliação e Convergência como um processo.

E, por último, quero dizer, senhor Presidente, que, para minha Representação e meu Governo, o Tratado, a modificação do Tratado de Montevideu não está em jogo.

Para nós, o Tratado de Montevideu é um Tratado quadro, flexível e nele podemos incorporar todas as visões e todos os objetivos e metas que queremos alcançar na construção de nossa integração. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Paraguai.

A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Obrigada, Presidente.

Depois de escutar atentamente todas as intervenções que sucederam minha intervenção primeira, sobretudo, a proposta da Representação da Venezuela, pensamos que seria possível iniciar um ensaio, um exercício em Alternos de conformar uma agenda. Ou seja, quando nos referimos a que a agenda estava na Resolução 70 (XV), obviamente não queríamos dizer que não ia ter uma agenda, mas sim que o conteúdo dessa agenda estava definido.

Vejo que a intenção, a ideia em geral é manter esse ritmo ou essa linha, trabalhando talvez em base à proposta do Embaixador da Venezuela, penso que poderíamos começar a trabalhar, embora eu deva dizer que nós sim tínhamos uma instrução firme com relação ao tema agenda, portanto mantenho-a.

Ou seja, que fique claro no Comitê que nossa posição é mantida, vamos trabalhar obviamente como sempre na instância que o Comitê decidir e, neste caso, entendemos que é a instância de Alternos, mas, no momento, estamos mantendo nossa posição que o conteúdo da agenda da Conferência de Avaliação e Convergência está nas Resoluções 70 e 71 (XV) do Conselho de Ministros.

Com relação à própria Conferência, coincidimos com aqueles países que disseram que a Conferência é um processo, portanto, caso se chegasse a uma conformação detalhada e exaustiva, ou como quiserem chamar, ela teria que levar em conta que não deverá terminar nos dois primeiros dias de reunião, e sim, como

apresentei no início de minha intervenção, a Conferência começaria a trabalhar a partir dessa data.

E sobre o Tratado de Montevideu 1980, Presidente, não irei me pronunciar porque não entendi que alguma Representação estivesse no ânimo de destruir esse instrumento, portanto, parece-me que foram apreciações da intervenção de uma Representação, mas, francamente, não entendi que houvesse a intenção de alguma Representação de usar a Conferência de Avaliação e Convergência para mudar o Tratado de Montevideu 1980, ao menos *a priori*.

Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba.

Para terminar, novamente a Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González). Obrigada, senhor Presidente.

Acredito que o que a Representação de Cuba acaba de dizer é o sentimento de todas as Representações que fazem parte da Associação Latino-Americana de Integração, de que o Tratado de Montevideu 1980 é a norma e o marco de regulamentação que vem nos regendo há 30 anos de existência, o qual tem uma série de regulamentações, que, a cada instante, a cada momento, mantêm-nos vivos e pensando sobre as modificações e as transformações que vêm sendo impostas pelo mundo moderno.

Compartilhamos que a Conferência de Avaliação e Convergência deve ter uma agenda, não somente remeter-nos às Resoluções 70 e 71 (XV) do Conselho de Ministros, mas, na Reunião de Alternos e no trabalho que estamos fazendo, construir a agenda e, como dizia Cuba, não somente para esses dois dias, mas como um processo que nos levará certamente a muitas discussões e encarregarão tanto os Alternos como os membros do Comitê de muitas tarefas determinadas na própria Conferência de Avaliação e Convergência, e, obviamente, a data de 1º e 2 de outubro está, penso, estabelecida, e todos os países têm que fazer o maior esforço para que as máximas autoridades nesta matéria venham representar-nos e possam tomar decisões correspondentes.

Então, com isto fica claro que a Conferência de Avaliação e Convergência é um processo, que todos nós estamos comprometidos que siga adiante.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Colômbia.

Penso que terminamos o ponto, acredito que atingimos um equilíbrio meio. Este talvez seja o tema medular de tudo o que podemos fazer, vendo as condições mundiais.

Esta Conferência de Avaliação e Convergência e um posterior espaço de reflexão são de suma importância.

Não sabemos como sairá a crise mundial, e talvez seja uma boa oportunidade para nós a não solução dos problemas dos países de primeiro mundo.

Pode ser uma oportunidade para que possamos articular e sair deste círculo vicioso de nossa participação econômica, em 570 milhões de habitantes, somente de 3,5% no mercado mundial, o que me parece vergonhoso.

Poderíamos aproveitar esta oportunidade dos países, repito, em crise, para estruturar um novo modelo a partir da ALADI.

Foi uma reunião muito interessante, na qual talvez estejamos somente bordeando o importantíssimo que seria que sigamos nisso.

Podemos estruturar um novo mercado mundial através de acordos com países que têm bases produtivas e que poderão sair beneficiados desta crise, falar de novas moedas, etc.

Poderíamos ter uma reunião posterior somente para tocar na questão da avaliação ou da reflexão sobre estes temas que talvez vão amanhã à Conferência de Avaliação e Convergência.

Somente proponho que pensem se querem uma nova reunião, de Representantes ou como os senhores quiserem, com o objetivo de tratar este tema que pareceria ser de vital importância. Obrigado.

Com relação a este ponto, fica a proposta de passá-lo a Alternos.

A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Sobre este tema, Presidente, de passá-lo a Alternos, havíamos assinalado que havia um bom documento de base, manifestado pela Venezuela, portanto, que se trabalhe sobre isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Seguindo a ordem do dia, temos o ponto 7, perdão, a Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuría). Brevemente, senhor Presidente. Se a Secretaria pudesse distribuir a cópia da sugestão da Venezuela, para nós seria muito bom tê-la e já a levar. Obrigada.

PRESIDENTE. Sim, vamos distribuir o documento neste momento.

Seguindo a ordem do dia, temos o ponto 7.

7. Relatório sobre a situação atual do plano piloto de certificação de origem digital COD

Oferece-se a palavra à Secretaria para que apresente o relatório correspondente.

SUBSECRETÁRIO (Oscar Quina). Obrigado, Presidente.

Passo a palavra ao senhor Hugo Luraschi, que esteve Coordenando o projeto.

SECRETARIA (Hugo Luraschi). Bom dia. No relatório anterior apresentado a este Comitê no dia 20 de maio passado, foi informado que o desenvolvimento do Projeto Plano Piloto COD estava culminando a terceira fase da execução da licitação.

Naquela oportunidade, comunicou-se que já haviam sido realizados os cursos de capacitação para o pessoal do Departamento de Acordos e Negociações e para o pessoal do Departamento de Informação e Estatística, que havia sido instalado o servidor principal do sistema no *data center* no qual vai operar, que se havia implementado o domínio do sistema do projeto e que foram comprados os certificados de identificação digital dos servidores.

Por fim, foi comunicado que no dia 29 de maio culminava o período de observações e contribuições dos países aos documentos que haviam sido incorporados no Fórum Virtual.

Nesta oportunidade, nós queremos comunicar que, uma vez terminado esse período no dia 29 de maio, foram recebidas importantes contribuições dos países, e a Secretaria-Geral, então, começou a trabalhar na elaboração de uma nova versão da estrutura do COD, reunindo todas estas inquietudes e todas estas propostas apresentadas pelos países.

Esta nova versão da estrutura do COD, juntamente com uma série de arquivos complementares, foi publicada no Fórum Virtual na quinta-feira, 18 de junho passado.

Nesta publicação feita no Fórum Virtual, foi informado que estes documentos fariam parte da parte principal do que vai se chamar Digesto COD versão 1.0, que a Secretaria-Geral decidiu publicar antes da finalização do presente mês de junho.

Adicionou-se que, dessa forma, a Secretaria-Geral poria à disposição dos países um documento geral, um documento de normas e procedimentos, e que se esperava que a publicação e a difusão deste documento propiciassem e facilitassem a participação dos países nas provas técnicas e de ajuste do sistema.

Nós, nesta oportunidade, queremos enfatizar muito o fato de que este Digesto COD versão 1.0 será precisamente isso. Será a versão 1.0 de um compêndio de normas, procedimentos e mecanismos, que contempla o que é a totalidade do projeto e que o mesmo se caracteriza por conter todas as contribuições que as capitais realizaram até 29 de maio passado e desde a última reunião presencial do Grupo de Trabalho *ad hoc*. Desta forma, então, a publicação deste Digesto COD versão 1.0 que a Secretaria-Geral pensa realizar na semana que vem, de alguma forma, daria por terminada a parte do desenvolvimento do projeto eminentemente teórica e passaria, baseado na versão 1.0 deste documento, ao que é a parte eminentemente prática de ajuste e de teste de todos os mecanismos e procedimentos contidos nele.

Portanto, então, a partir do momento em que a Secretaria-Geral publique este documento, a continuidade dos trabalhos no projeto estará totalmente supeditada a que os países interessados em participar das provas técnicas enviem à Secretaria-Geral a informação básica que se requer para começar a realizar as provas técnicas e de ajustes do projeto. Isso é tudo, senhor, obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Hugo. Farei um breve comentário sobre as últimas palavras do Coordenador.

A Secretaria mandou em duas oportunidades, 9 de fevereiro e 15 de maio, as notas correspondentes, onde pedimos o credenciamento das Representações para fazer as provas técnicas do COD e, com a exceção de um país, tivemos uma resposta escassíssima.

Isto realmente nos cria um problema que não é menor, porque, para poder cumprir com os prazos estabelecidos no próprio processo licitatório, requeremos a reação dos países com a informação solicitada naquela oportunidade.

Se este processo segue se dilatando, vamos cair em uma situação violadora do processo licitatório, e gostaria de pedir-lhes a máxima cooperação possível, que não é mais do que está sendo solicitado nessas notas, e quero manifestar que não é uma

situação muito peremptória, porque bastaria que um país estivesse predisposto, já temos um, para que nós iniciemos os ensaios. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral a.i.

A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente.

Penso que devemos nos cumprimentar por este trabalho feito pela Secretaria, que é um trabalho importantíssimo. É o que falamos há pouco, penso que é um trabalho como este que nos valoriza, que valoriza a ALADI, a integração, e é um resultado, como dizíamos agora, um resultado proativo. Penso ser um exemplo muito ilustrativo do que pode ser um trabalho com resultado proativo da ALADI, penso que devemos valorizar isso.

O próprio fato, como disse o Subsecretário, que não há reação dos países, que há uma escassa resposta para este trabalho, para esse exercício, mostra-nos, eu penso, que é necessário, porque até agora este trabalho foi todo feito por meio do Fórum Virtual, ou seja, nível técnico, com nossos próprios países, ou seja, nossos países estiveram totalmente coordenados com a Secretaria na elaboração deste trabalho, que é um trabalho importante.

Mas, Presidente, em relação ao fato de que não haja tido reação dos países, escassa resposta e tudo, acredito ser necessária uma maior divulgação política, em nossos países, deste trabalho da ALADI.

Certamente, se pergunto a meu Chefe no Brasil se ele tem conhecimento disso, penso que dirá que ouviu falar, mas com certeza não saberá que isso está quase pronto, se é que não o está, como disse o Representante da Secretaria.

O Brasil havia proposto para o Conselho um projeto de Resolução muito simples sobre esse tema. Não foi possível avançar porque estava realmente, e reconheço, muito próximo da Reunião do Conselho e não houve tempo para avaliar, para considerar o texto do projeto. Mas o projeto manifestava o beneplácito pelos avanços alcançados nesta área, falava da colocação em andamento, em um primeiro plano, em uma instância experimental, e dizia que os países deveriam, ou recomendava que os países deveriam assinar protocolos adicionais, no âmbito dos acordos regionais e parciais entre nós, todos. E dava como sugestão, Presidente, um modelo de um protocolo adicional, que poderia servir de modelo, poderia servir como referência para assegurar a validade jurídica disso.

Se nós pudéssemos examinar este projeto de Resolução e fizéssemos os ajustes, porque foi feito para o Conselho, se fosse o caso, que o Comitê o aprovasse. Se pudéssemos aprovar um projeto de Resolução como este, penso que a questão, o trabalho feito pela Secretaria junto com todos nossos países, a nível técnico, terá um pouco mais de relevância e aparecerá mais em nossos próprios países. Digo isso no caso do Brasil, realmente, como lhes disse, se pergunto a alguém do Brasil se conhece isso, dirá que ouviu falar e nada mais. Penso que dará maior relevância e mais importância a este trabalho tão importante feito na Secretaria.

Minha sugestão, Presidente, seria, talvez no Grupo de Trabalho de Comércio Eletrônico, se fosse possível, reunir o Grupo de Trabalho e tentar submeter um projeto de Resolução para nossa consideração e apreciação aqui, para eventual aprovação do Comitê, essa é minha sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador.

Não havendo mais observações, passamos ao seguinte ponto.

8. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho

- Adesão da República do Panamá
- Novos Temas
- Acompanhamento do programa em favor dos PMDERs

Tem a palavra o Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, por um lado, por causa do horário, por outro, algumas deserções, gostaria de sugerir que o ponto 8, que é o Relatório de três Coordenadores de Grupos de Trabalho, passasse para a próxima reunião do Comitê.

PRESIDENTE. Está à consideração. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Estou de acordo, mas o que não gostaria é que pulássemos assuntos diversos.

- Hilaridade.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, perdão, como sempre as observações dos Alternos são importantes.

Talvez pudéssemos considerar somente o primeiro ponto, que é a Adesão da República do Panamá. Visto que está presente a Embaixadora Elvira Barrios e que, como todos sabemos, infelizmente amanhã ou depois parte, façamos esse primeiro ponto, que é o relatório do Grupo de Adesão da República do Panamá, e deixemos o relatório de Novos Temas e Acompanhamento do Programa em favor dos PMDERs para a próxima reunião.

Essa é minha sugestão, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. O Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, obrigado. Rapidamente, consulto o Comitê se o Chile, que Coordena o Grupo de Comércio Eletrônico, poderia convocar uma reunião para considerar e discutir o projeto de Resolução sobre o certificado de origem digital.

Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Sim, tendo em vista a consulta da Delegação do Brasil, vamos convocar a reunião.

PRESIDENTE. Bem, então terminaríamos em assuntos diversos, mas primeiro o relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Adesão da República do Panamá.

Oferece-se a palavra à Representante Alternata do México, Dora Rodríguez, para dar a informação sobre a reunião realizada no dia 10 do mês corrente.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, senhor Presidente.

O Grupo de Trabalho se reuniu no dia 10 de junho com dois assuntos importantes: 1. A revisão dos projetos de adesão aos Acordos Regionais do Panamá e 2. O estado de situação das demais condições de adesão da República do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980.

Em relação ao primeiro dos assuntos, qual seja, a revisão dos projetos de protocolo de adesão do Panamá aos acordos regionais, todos os países-membros acordaram com os textos que a Secretaria-Geral havia enviado às Representações no dia 29 de maio de 2009. Com isto, já contamos com as versões definitivas dos protocolos de adesão do Panamá aos acordos regionais.

Quatro deles serão assinados por todos os países-membros, e três, referentes às listas de abertura de mercado em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, serão assinados unicamente por cada um dos países beneficiários e pelo Panamá.

Todos os textos ficaram acordados, e agora faltaria, então, que a Secretaria-Geral os envie ao Panamá, o que será feito, conforme entendemos, em uma viagem que será realizada em breve para manter contatos com autoridades do Governo do Panamá, fundamentalmente com o setor privado desse país.

Em relação ao estado de situação das demais condições da adesão da República do Panamá, a Secretaria-Geral nos informou que ainda falta a lista de exceções do Panamá à preferência tarifária regional e estariam faltando também as respostas, segundo o que foi indicado pelas Representações da Bolívia e do Equador, a uma solicitação de produtos de interesse da Bolívia, que já foi analisada pelo Panamá, mas sobre a qual a Bolívia está insistindo em sua incorporação à lista.

Por parte do Equador, havia pendente uma resposta de uma nova lista de produtos, que o mencionado país enviou às autoridades do Panamá no dia 22 de abril deste ano. E, em relação ao Paraguai, a Representação do mencionado país manifestou estar em total acordo com a lista que o Panamá está lhe outorgando no acordo regional.

Então, os pendentes sobre as condições de adesão do Panamá estão já centrados nesses três pontos, ou seja, as listas em favor do Equador e da Bolívia, bem como a lista de exceções da PTR do Panamá.

O Grupo manifestou seu interesse e fez um pedido aos países de menor desenvolvimento que ainda estão em negociação com o Panamá para que estas negociações possam culminar no mais breve prazo possível, de tal maneira que o processo de incorporação do Panamá à Associação possa se realizar logo que o Panamá finalize seu processo de ratificações e o respectivo depósito.

Esse seria o Relatório do Grupo de Trabalho, senhor Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México.

O Secretário-Geral a.i. tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, senhor Presidente.

Somente para dizer que já foram enviados ao Panamá os textos de Protocolo para a adesão aos acordos regionais. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral Interino. O tema está à consideração, não havendo nenhuma observação, deixaríamos pendentes os outros dois Relatórios dos Coordenadores. Assuntos diversos.

9. Assuntos diversos

... Gostaria de mencionar, antes de oferecer a palavra, que o Secretário-Geral, Hugo Saguier, ligou, dizendo que teve que viajar de emergência porque tinha uma reunião, o Congresso o recebia, primeiro a Comissão de Relações Exteriores do Senado e depois mais duas reuniões no Congresso para determinar suas novas funções.

Isso é tudo o que posso dizer. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, senhor Presidente.

Para solicitar que na Ordem do Dia da próxima reunião do Comitê de Representantes seja incluída a análise do relatório jurídico sobre a renúncia ao cargo de Secretário-Geral da ALADI, solicitado pela Representação do Chile. Parece que merece fazer algumas reflexões, e, a título pessoal, já poderá haver algumas, mas à espera de minha Chancelaria preferiria que nenhum caso fosse tratado agora, mas sim que, além de razões de tempo, seja incorporado à ordem do dia na próxima reunião do Comitê de Representantes.

PRESIDENTE. Muito bem, obrigado, senhor Embaixador. Obrigado por sua participação.

A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Muito boa idéia, Presidente, eu também pediria, por favor, que esse tema fosse incluído. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador.

A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente.

Acredito que poderíamos analisar na próxima reunião do Comitê o relatório jurídico, tal como solicitado pela Representação do Chile.

Não obstante, quero anunciar algo. Meu Governo formalizou a candidatura do Embaixador Fernández Estigarribia para completar o mandato do Secretário-Geral.

O Embajador Saguier foi chamado, efetivamente, como o senhor disse, a Assunção, porque foi proposto para ocupar um cargo no Serviço Exterior e tem que fazer uma série de trâmites no Senado, para que o Senado o aprove como Embaixador.

Também gostaria de assinalar que a proposta do Paraguai é, entendendo que quando o Governo do Paraguai designou o Embaixador Saguier, ele adquiriu um compromisso. E a razão pela qual o Paraguai propõe agora completar o mandato é para cumprir com esse compromisso, então o Governo pretende cumprir com esse mandato e completar o ano e meio que faltaria para isso.

Além disso, meu Governo entende que essa proposta é menos traumática na situação em que a ALADI vive hoje. Depois de um longo tempo de imobilidade, estamos em presença de uma série de atividades que vêm do último Conselho de Ministros, há mandados a cumprir, tivemos hoje uma longa discussão de que vamos fazer com a reflexão, que vamos fazer com o processo de integração, como vamos encarar isso, não é um tema fácil e nós acreditamos que não deveríamos deixar a Secretaria sem um Secretário-Geral, ou seja, deveríamos buscar a maneira mais rápida de solucionar isto, e essa é a razão pela qual o Governo do Paraguai apresentou esta candidatura para cumprir o mandato.

Se vamos entrar em um processo de eleição novamente, acredito que ficaremos em um tempo considerável no processo de eleição e a Secretaria necessita ter uma chefatura para acompanhar o que vier, ou os mandatos que nós mesmos ou nossos próprios governos nos deram, por isso queria assinalar isto, senhor Presidente, e dizer-lhes que há uma nota do Chanceler do Paraguai aos senhores Chanceleres de cada um dos países-membros da ALADI. E esperamos que possam nos apoiar nesta oportunidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Paraguai. O Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Ricardo Romero). Obrigado, Presidente, serei muito breve, tendo em vista o horário.

Em primeiro lugar, para apoiar a iniciativa do Embaixador do Chile. Nós também consideramos que é importante realizar uma análise do Relatório Jurídico da Secretaria-Geral, e, em relação ao informado pelo Embaixador do Paraguai, quero manifestar-lhe que seu comunicado está sendo matéria de consideração e avaliação na Chancelaria peruana. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Peru.

A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Somente, senhor Presidente, para insistir no que eu quis fazer, solicitar que fosse inscrito na Ordem do Dia, mas que não fossem iniciadas as considerações.

Meu querido amigo, o Embaixador do Paraguai, fez alguma consideração, e eu poderia responder, o que não farei para respeitar o que eu mesmo propus, de este tema seja tratado na próxima reunião. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador.

A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González). Obrigada, senhor Presidente.

Da mesma forma que manifestado pela Representação do Chile e pela Representação do Peru, e sem o desejo de entrar em uma discussão neste instante,

queremos fazer uma revisão do conceito jurídico, dado pela Secretaria-Geral, sobre a questão da eleição do novo Secretário ante a ausência do Embaixador Saguier, sob o entendimento de que o Artigo 38 do Tratado de Montevideu 1980 fala do procedimento para a eleição e fala de um período de 3 anos, mas da mesma forma que o manifestado pelo nosso prezado Representante do Chile, não vamos entrar nesta discussão porque aqui chegaremos às seis da tarde discutindo sobre esse tema.

Mas que seja convocado um Comitê de Representantes, onde um dos pontos específicos que dará muito a discutir, a falar, seja a eleição do novo Secretário-Geral da ALADI sob as normas do Tratado vigente de 80, de seu Artigo 38, e por isso queremos também estudar e que, nesse dia, os juristas da ALADI, com todo o respeito que merecem, venham muito bem preparados para que nos expliquem as razões jurídicas que deram origem a esse conceito legal, porque, na verdade, é necessário discutir bastantes casos sobre a mesma situação, e oxalá isso redunde em benefício da Associação, e que, obviamente, não seja entendido como algo contra a proposta do Paraguai, mas sim sob o entendimento de que estamos aplicando a legalidade que nosso Tratado 80 merece. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Colômbia.

A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Simplesmente para apoiar que este tema seja tratado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Em assuntos diversos, deveríamos marcar a data da próxima reunião. O Subsecretário tem a palavra.

SUBSECRETÁRIO (Ricardo Hartstein). Obrigado, mais um minuto.

Temos dentro de duas semanas a Primeira Reunião de Negociação no tema de origem. Temos, até agora, resposta de três países, na qual nomeiam os Representantes. Pediríamos, por favor, se fosse possível, ativar esse tema, para ter uma participação dos doze países nesta Reunião de Negociação.

Em princípio, daríamos um limite até quarta-feira que vem para receber respostas e depois tomar uma decisão de postergar ou não. Porque é importante contar, com a maior antecedência possível, com todos os dados, tendo em vista a época, temos problemas de reserva de vôos, mais ainda pela questão das férias, então pediria uma atenção especial para este ponto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

Bem, se não temos outros assuntos, deveríamos marcar a data. Perdão, a Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Cielo González Villa). Sugeriria que começássemos, tendo em vista o pouco tempo, a resolver o tema da Secretaria-Geral. Sugeriria, respeitosamente, que pudéssemos dentro de oito dias abordar esse tema e finalizá-lo para continuar com o processo normal da ALADI, porque estamos fazendo isso a cada quinze dias e penso que o tempo vai passando e vem chegando a noite.

PRESIDENTE. À consideração. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Sim, na semana que vem se realiza uma Reunião do MERCOSUL, e ao menos minha Representação não poderá comparecer na semana que vem, então pediria um pouco mais de paciência para isso.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante.

A Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Estamos na mesma situação, Presidente, desta maneira solicitaríamos que essa reunião fosse transferida para a quarta-feira da semana subsequente, porque tanto a Representação do Uruguai, do Paraguai, do Brasil, da Argentina e da Venezuela estariam incapacitadas de estar em dois lugares ao mesmo tempo.

PRESIDENTE. Então, determinaríamos a data em quinze dias. Que dia seria, por favor? 8 de julho.

Então, dia 8 de julho teremos a próxima reunião.

Não havendo outro assunto a tratar, encerra-se a sessão.
